



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4<sup>th</sup> MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 30 - Nº 571 - DE 2 A 16 DE SETEMBRO DE 2018 - R\$ 4,00



**Lutemos pela reconstrução do Partido  
Mundial da Revolução Socialista**

## 3 de setembro de 1938 – 80 anos da fundação da IV Internacional Lutemos pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista

O mundo atravessa mais uma etapa de decomposição do capitalismo. A sua particularidade está em que não foi superada a crise de direção revolucionária. É necessário à vanguarda, que encarna o marxismo-leninismo-trotskismo, lutar com todas as forças para elevar a consciência do proletariado sobre a necessidade de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. A crise de direção, não apenas não foi resolvida, como se agravou. A devastação dos partidos comunistas, promovida pelo estalinismo, retrocedeu a um ponto inimaginável a organização da classe operária e permitiu que a burguesia erradicasse de seu seio o programa da revolução socialista.

Tomamos os 80 anos da fundação da IV Internacional como um marco da luta de Leon Trotsky para evitar que a degenerescência do partido bolchevique e do Estado Operário, que nasceu da revolução russa, bem como a degenerescência da III Internacional, ambas levaram à crise de direção mundial do proletariado, como a que hoje nos deparamos. A própria necessidade de fundar uma nova Internacional, quando o proletariado havia liderado a primeira revolução vitoriosa na Rússia, aberto o caminho para o nascimento dos partidos comunistas no mundo inteiro e edificado a III Internacional, já era expressão da crise de direção. Essa constatação se encontra nas primeiras linhas do Programa de Transição: *“A situação política mundial, no seu conjunto, caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise histórica de direção do proletariado”*.

Estava claro para os fundadores da IV Internacional que havia grande probabilidade do triunfo de Stalin e seus partidários de levar à restauração capitalista e, portanto, destruir as conquistas da Revolução de Outubro. A IV Internacional se constituiu em condições tais que dificilmente evitaria o avanço do revisionismo estalinista, o impulso ao restauracionismo e o fortalecimento das tendências contrarrevolucionárias. Nisso residia a premissa de que a tarefa fundamental da situação era resolver a crise de direção.

Distintamente das demais Internacionais, a IV Internacional se ergueu em meio a uma poderosa contracorrente da história. Uma das forças motrizes dessa contracorrente era materializada nas pressões do imperialismo para retroceder o processo de transição do capitalismo ao socialismo, iniciado pela revolução proletária na Rússia. O estalinismo se formou e se consolidou potenciando essa contracorrente. A IV Internacional, por sua vez, se formou em contraposição à contracorrente restauracionista, na forma do Programa de Transição.

O assassinato de Trotsky, em 20 de agosto de 1940, dois anos após a fundação da IV Internacional, foi um acontecimento de grande importância para o enfraquecimento da luta mundial contra o estalinismo restauracionista e a ordem do pós-guerra determinada pelo imperialismo. A obstinação de Stalin por liquidar o movimento trotskista se converteu, finalmente, no objetivo de inviabilizar organizativamente a IV Internacional, no seu nascedouro. Trotsky encarnava as conquistas do proletariado russo, a constituição da III Internacional como Partido

Mundial e a continuidade do leninismo. Não bastaram a sua expulsão da União Soviética, a sistemática perseguição política, a campanha de difamação, os fraudulentos processos de Moscou e o assassinato praticamente de toda direção bolchevique. Foi preciso acabar com a vida de Trotsky, de maneira vil e covarde. Três anos depois da ausência de Trotsky, Stalin e seus asseclas dissolveram a III Internacional. O que evidenciou o abismo da crise de direção.

Não houve tempo para a IV Internacional consolidar uma direção à altura das grandes tarefas colocadas no pós-guerra. A contracorrente restauracionista levou-a ao naufrágio. A direção sucumbiu ao fortalecimento circunstancial do aparato estalinista. Germinou em seu interior o revisionismo. Passou a considerar a burocracia estalinista como um elo inevitável no processo de transição do capitalismo ao comunismo. De forma que teria um lugar progressivo, uma vez que inevitavelmente se chocaria com o imperialismo. A tarefa dos trotskistas já não era a de construir os partidos revolucionários e potenciar a IV Internacional, mas sim ingressar nos partidos comunistas estalinizados e agir no seu interior como sua ala esquerda. Já não se travava de lutar contra o socialismo nacional, que se amparava na tese revisionista do “socialismo em um só país”, mas sim a de se alinhar à burocracia estalinista, que supostamente enfrentaria os ataques do imperialismo à União Soviética. O revisionismo no seio da IV Internacional criava um estalinismo que não existia. Substituiu a luta de classes do proletariado mundial contra o capitalismo e em defesa das conquistas da revolução russa pelo pressuposto subjetivo da guerra entre imperialismo e estalinismo. A partir de 1952, abriu-se o processo de divisão e fragmentação da IV Internacional, que incentivará a revisão do Programa de Transição.

Hoje, as inúmeras correntes que surgiram dessa diáspora reproduzem diversas formas do centrismo. Adaptaram-se, em grande medida, à democracia burguesa e aos aparatos sindicais. Abandonaram, de fato, a IV Internacional. Já não existe para essas correntes o perigo do estalinismo. Já não tem importância o processo de restauração capitalista, uma vez que estaria concluído. Volta e meia, algumas delas referem-se à constituição de uma Internacional dos Trabalhadores, ou à refundação da IV Internacional. Não podem compreender que fizeram parte do revisionismo, ou foram incapazes de combatê-lo. Não veem sua responsabilidade diante da quebra organizativa da IV Internacional. O motivo dessa cegueira está em que não assimilaram a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas e não compreenderam o Programa de Transição. Em outras palavras, não se orientaram a desenvolver o partido revolucionário no seio do proletariado e se apegaram a uma das frações esquerdizante da pequena burguesia.

Diante dos 80 anos da IV Internacional, o POR, como seção do Comitê de Enlace, reafirma o objetivo de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

***Viva a IV Internacional!***



# Viva os 80 anos da IV Internacional! Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista



Em 3 de setembro de 1938, quando foi fundada a IV Internacional e aprovado o Programa de Transição, em Paris, a Europa estava prestes a mergulhar na mais pavorosa hecatombe. Um ano depois, 1 de setembro de 1939, Hitler invadiu a Polônia, e a Inglaterra e França declararam guerra. A classe operária e demais explorados não tiveram como impedir que a burguesia imperialista lançasse a Europa na Segunda Guerra Mundial. Não tinham como contar com a III Internacional e com os partidos comunistas, que se achavam orientados pela política contrarrevolucionária do estalinismo. A IV Internacional, por sua vez, dava seus primeiros passos. Não tinha como substituir plenamente a III Internacional e construir os partidos revolucionários no seio do proletariado. Sua força residia tão somente na orientação da Oposição de Esquerda Internacional e no Programa de Transição, que restabelecia os elos dos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista, interrompidos pelo revisionismo chefiado por Stalin.

É imprescindível, nesses 80 anos da IV Internacional, compreender a fundo o significado da caracterização feita no momento da fundação da III Internacional, em março de 1919, o de que o capitalismo, em sua época imperialista, era de decomposição, guerras, revoluções e contrarrevoluções. O Congresso da Internacional Comunista baseou-se na experiência da Primeira Guerra Mundial, de 1914, e da Revolução Russa, de outubro de 1917. Segundo as leis históricas, a decomposição resulta do amadurecimento das forças produtivas e da impossibilidade de continuarem a se desenvolver por meio das mesmas relações de produção. A Primeira Guerra Mundial eclodiu nessas condições, bem como a primeira revolução proletária vitoriosa. O capitalismo da época imperialista é o das revoluções proletárias e de transição ao comunismo. O atraso das revoluções e da transição impossibilita evitar que o capitalismo precipite a

humanidade na mais profunda barbárie social. O desemprego, o subemprego, a miséria e a fome são uma de suas faces. A corrida armamentista, o intervencionismo das potências e as guerras são a outra face.

Nesses 80 anos, a vanguarda se depara com o principal problema, que é o de pôr em pé os partidos revolucionários e organizá-los como uma só força na forma do Partido Mundial da Revolução Socialista. Sem a direção comunista, não é possível a classe operária derrotar a burguesia parasitária e abrir caminho à sociedade sem classes. A revolução russa e a constituição da III Internacional impulsionaram essa tarefa, jamais vista na

*Nesses 80 anos, a vanguarda se depara com o principal problema, que é o de pôr em pé os partidos revolucionários e organizá-los como uma só força na forma do Partido Mundial da Revolução Socialista. Sem a direção comunista, não é possível a classe operária derrotar a burguesia parasitária e abrir caminho à sociedade sem classes.*

história do capitalismo. Rompeu-se um dos elos mais débeis da cadeia de dominação burguesa e ergueu-se a direção mundial do proletariado. Desde a Primeira Internacional, construída por Marx e Engels, a classe operária se vinha organizando no campo da independência de classe, constituindo-se em classe consciente por meio do programa e edificando seus partidos em todo o lugar. A liquidação da III Internacional, em junho de 1943, resultou de um movimento contrário à luta pela organização mundial dos explorados. Essa foi a obra mais catastrófica e criminoso de Stalin e seus asseclas. Significou, primeira-

mente, a degeneração programática e organizativa do partido mundial, em seguida, a sua destruição física. A IV Internacional foi criada em contraposição ao liquidacionismo estalinista. Expressou a mais profunda crise de direção. Mais profunda ainda que aquela que se manifestou com a traição da socialdemocracia que pôs a II Internacional a serviço do imperialismo. A IV Internacional ergueu-se sobre a necessidade de superar a crise de direção revolucionária.

O assassinato de Trotsky, a mando de Stalin, desferiu um duro golpe no trabalho de consolidação da IV Internacional. As forças contrarrevolucionárias não puderam aceitar o for-

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

talecimento do movimento internacionalista, dirigido pelo companheiro de Lênin na revolução russa e na formação da III Internacional. A lógica dos acontecimentos indicava que a burocracia estalinista se iria desfazer da Internacional Comunista, assim que o imperialismo apertasse o cerco em torno da União Soviética. A tese do “socialismo em um só país” violava irremediavelmente o internacionalismo e renegava toda formulação leninista. Era contraditória com a existência da III Internacional. A Segunda Guerra Mundial e a aliança da burocracia soviética com o imperialismo – seguindo sua política de guerra e de partilha do mundo – criaram as condições para Stalin ir às últimas consequências com sua política nacionalista e destruidora das organizações operárias. Perseguiu sistematicamente a Oposição de Esquerda trotskista, procurando liquidá-la, antes que desse origem à IV Internacional. Fracassou nesse intento, mas teve o êxito de assassinar Trotsky, com o objetivo de inviabilizar a continuidade do internacionalismo, concebido nos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista. Em todos os aspectos, o estalinismo foi e é o responsável por auxiliar o imperialismo a reverter o avanço revolucionário posterior à revolução russa e a promover a crise de direção mundial, que, até hoje, é a causa da sustentação do capitalismo putrefato.

Nesses 80 anos, o proletariado e sua vanguarda sentem na carne o peso da crise de direção. A IV Internacional não teve como se sustentar em meio ao brutal retrocesso da luta de classes do pós-guerra. Não havia conseguido constituir poderosos partidos marxista-leninistas no seio das massas. Momentaneamente, os partidos comunistas estalinizados mantiveram o controle dos aparatos e bloquearam o desenvolvimento da vanguarda revolucionária. A velha sociocracia sobreviveu, transformando-se em agência do imperialismo. A bandeira de “paz mundial” e de “coexistência pacífica” substituiu a bandeira marxista de luta de classes e revolução proletária. O estalinismo colaborou francamente com essa política dos Estados Unidos, de reconstrução do capitalismo após a carnificina e destruição material, promovidas pela guerra imperialista. A ilusão de que o comunismo já havia alcançado um terço da humanidade, e que estava ganhando terreno, serviu à ideologia estalinista do “socialismo em um só país”, e à tática da colaboração de classes, por meio da tese de que a “coexistência pacífica” favorecia a União Soviética e a luta socialista mundial. A IV Internacional, que já não contava com Trotsky em sua direção, foi isolada. Os herdeiros do Programa de Transição, que teriam de suportar a potência da corrente contrarrevolucionária, sucumbiram. O revisionismo se gestou em sua direção. A tese de que o estalinismo comparecia como uma força inevitável no

processo de transição do capitalismo ao socialismo substituiu a caracterização de Trotsky do seu caráter contrarrevolucionário, portanto, restauracionista e obstáculo às revoluções proletárias. A orientação para que a militância trotskista entrasse nos partidos comunistas estalinizados, baseada na falsa avaliação de que dirigiriam as massas contra o capitalismo, e em defesa da União Soviética, levaria à cisão da IV Internacional em 1952 e, em seguida, seu estilhaçamento em inúmeras correntes centristas, que hoje se encontram amplamente adaptadas à democracia burguesa e ao reformismo. O Partido Operário Revolucionário da Bolívia sobreviveu à onda revisionista, graças à sua assimilação do Programa de Transição e sua aplicação na construção do partido no seio do proletariado mineiro.

Nesses 80 anos, a vanguarda revolucionária tem o dever e a tarefa de levantar alto a bandeira de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. É preciso concentrar todos os esforços para superar a crise de direção. O Partido Operário Revolucionário do Brasil, seção do Comitê de Enlace, vem trilhando esse caminho. Nesse transcurso, se deparou com as correntes que se reivindicam do trotskismo, mas que se afastaram grandemente do Programa de Transição e, assim, abandonaram a tarefa de reconstrução da IV Internacional. É consequência inevitável de não terem combatido o revisionismo e a dilaceração da IV Internacional, bem como se destacado como adversários renhidos do POR da Bolívia. Não podem, nesses 80 anos, levantar a bandeira de *Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista*.

Dentro de poucos dias, o Comitê de Enlace realizará o seu quarto Congresso. Nesse ato político dos 80 anos, a seção brasileira saúda mais esse passo de constituição da direção internacional, ainda que embrionária. Teremos um longo caminho a percorrer em busca da recuperação do internacionalismo proletário, que deve ser encarnado pelos explorados do mundo inteiro em luta contra o capitalismo em decomposição e a barbárie social. Não há que procurar atalhos. A vanguarda está obrigada a construir o partido-programa, custe o que custar. A classe operária e demais explorados não estão passivos diante dos ataques diários dos capitalistas às suas condições de existência. Em toda parte, lutam como podem. Pagam pela traição de suas direções sindicais e partidárias. Logo, porém, voltam ao combate. Aprendem com a experiência da luta de classes. É nessa experiência que a militância abnegada reerguerá a IV Internacional.

***Viva os 80 anos da IV Internacional!  
Pôr em pé o Partido Mundial  
da Revolução Socialista!***

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL  
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA  
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



**R\$ 35**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DE MASSAS**

# Greve na Lorenzetti se choca com a reforma trabalhista

No dia 29 de agosto, operários da Lorenzetti cruzaram os braços e realizaram uma manifestação coletiva, contra a implantação da jornada de 12X36 e outras reivindicações. O descontentamento vinha crescendo, como informava os trabalhadores ao Boletim Nossa Classe. Finalmente, o sindicato metalúrgico de São Paulo foi obrigado a realizar assembleias nos três turnos, que estavam prontos a parar a fábrica. Foi marcada a greve para o dia 17. O sindicato resolveu, por conta própria, sem convocar a assembleia geral, adiar a greve. A justificativa foi a de que a Lorenzetti havia proposto abrir uma negociação. Estava claro que se tratava de uma manobra para o patrão e a burocracia sindical brecarem o movimento. O boletim Nossa Classe mostrou que uma negociação sem greve serve apenas ao capitalista. Ocorre que a Lorenzetti não tinha nada a oferecer.

No dia 28, o dirigente sindical, responsável pela Lorenzetti, fez uma assembleia com os trabalhadores do primeiro turno, para informar o resultado da reunião que aconteceu no dia 22. Roberto Dias, o Ninja, explicou que a empresa se manteve irredutível, não aceitou aumentar o salário, nem o valor do vale-refeição, nem o da PLR. Informou, ainda, que a empresa não aceita colocar fim à jornada de 12X36. Essa resposta atingiu em cheio a assembleia, uma vez que a alteração na jornada de 8 horas aumenta a carga de trabalho e reduz o salário. Até mesmo a nona hora, um direito dos trabalhadores do terceiro turno, a Lorenzetti se negou a pagar, bem como a devolver o desconto do dia e do DSR que ela fez quando houve a greve dos transportes. Ou seja, a Lorenzetti disse não às reivindicações. A única tentativa de manobra do patrão foi a de aumentar dois representantes do sindicato para a comissão de fábrica, que atualmente é composta de 17 membros, dos quais 15 são indicados pela empresa e dois pelo sindicato. Como se vê, não se trata de uma comissão de fábrica operária e independente, mas sim de uma comissão patronal, formada pelos operários indicados a dedo. Entre os grevistas com maior consciência de classe, ressoou a ideia de que os operários devem eleger sua própria comissão, composta por eles mesmos. Ainda fermenta a compreensão de jamais aceitar que a empresa indique sequer um membro.

A greve da Lorenzetti se choca com a reforma trabalhista da ditadura civil de Temer. A alteração da jornada, com redução salarial, está de acordo com seu objetivo geral. Os capitalistas necessitam de aumentar a exploração da força de trabalho, pagando salários menores. Entre as demais reivindicações, está a quebra de direitos, como é o caso do não pagamento da nona hora ao terceiro turno.

A discussão em torno da PLR e do aumento do vale-alimentação nada mais é do que um conflito em torno do salário. A PLR foi uma criação dos próprios capitalistas para evitar o aumento dos salários e o recolhimento de encargos trabalhis-

tas. O uso do salário indireto complementar (PLR) agradou à burocracia sindical, que transformou as campanhas salariais em negociações em torno do valor da PLR. A luta consequente da classe operária é para que a PLR seja incorporada no salário. Se a PLR for incorporada desde a sua criação no salário, então, ocorreria uma elevação geral da base salarial. O vale-refeição também é salário indireto. O aumento do custo de vida reduz o poder aquisitivo dos salários. Está aí por que os trabalhadores exigem a correção no seu valor.

É importante que os grevistas tenham claro que o patrão fará de tudo para implantar a jornada de 12X36. Poderá utilizar algumas migalhas das demais reivindicações para pôr fim à luta. A melhor forma de se prevenir contra as artimanhas do capitalista é manter a realização diária da assembleia geral, constituir um comando de greve eleito por todos os operários e realizar as manifestações coletivas, e trabalhar para obter o apoio das demais fábricas.

## Três são os principais problemas para a vitória da greve

1) Conseguir a unidade da maioria, de maneira que submeta a minoria vacilante ou contrária à greve. Para isso, é fundamental a clareza das reivindicações e a existência da democracia operária. Tudo indica que está bem definido que a greve pretende impedir a implantação da jornada 12X36. As demais reivindicações complementam a luta, sem deixarem de ser importantes para a defesa dos salários. O que ainda está para se realizar é a democracia operária. Essa começa por ter as assembleias gerais como o principal meio

***A melhor forma de se prevenir contra as artimanhas do capitalista é manter a realização diária da assembleia geral, constituir um comando de greve eleito por todos os operários e realizar as manifestações coletivas, e trabalhar para obter o apoio das demais fábricas.***

coletivo para tomar decisões. E, consequentemente, constituir o comando de greve, eleito diretamente pelos trabalhadores. A direção do sindicato deve se subordinar à assembleia geral e ao comando de greve. Logo se vê que, para a assembleia ser o órgão da democracia operária, é preciso que haja total liberdade de expressão. A assembleia burocrática e dirigida autoritariamente pela burocracia sindical é oposta à democracia operária. Como se vê, a democracia operária e organização independente diante do patrão garantem a unidade grevista. E a unidade grevista é decisiva para a vitória.

2) Ter uma direção firme e decidida a levar a greve à vitória. Esse é o principal problema. Caso a greve tenha uma direção classista, a democracia operária e a organização independente ocorrerão naturalmente. As assembleias serão convocadas, o comando será eleito e haverá participação



ativa de todos os grevistas, podendo dizer o que pensam, elaborar propostas e criticar os erros de sua própria direção. É preciso reconhecer que essa direção está por ser construída na própria greve. A direção sindical já se mostrou incapaz de exercer a democracia operária, ao suspender arbitrariamente a greve que estava marcada para o dia 17. Não se dispôs a constituir o comando e a trabalhar com ele para fortalecer a unidade grevista e quebrar a intransigência patronal. A direção da greve tem a obrigação, por ser mais experiente, de ver mais longe e de saber o que os grevistas enfrentarão. Já era para o sindicato estar mobilizando outras fábricas contra a reforma trabalhista e em apoio à greve da Lorenzetti.

3) Finalmente, o terceiro problema está em evitar o isolamento da greve e a passividade dos grevistas. O isolamento se quebra por meio de campanhas nas demais fábricas, nos bairros operários e pelas manifestações de rua (passeatas, marchas, bloqueios, etc.). Está aí por que é preciso que se constitua um comitê de apoio e de solidariedade à greve. Basta que o sindicato se mexa e utilize seus recursos para convocar o apoio, que logo fluirão centenas de lutadores, que servirão de porta-vozes das decisões das assembleias e do comando. A greve em uma fábrica quebra a prepotência do capitalista com a unidade dos grevistas, com a democracia, com uma direção firme e com um movimento de apoio e solidariedade.

*Publicamos os Boletins Nossa Classe de apoio à greve*

## **Operários e Operárias, Não devemos baixar a guarda. O patrão da Lorenzetti quer ganhar tempo. Assembleia geral já, para manter a fábrica mobilizada**

19 de agosto

O sindicato suspendeu a greve que havia sido aprovada para o dia 17 de agosto. Informou que abriu uma rodada de negociação com a empresa para esta semana. Nós trabalhadores devemos continuar mobilizados. Temos de exigir a convocação imediata da assembleia geral. A negociação sem a greve não tem como ser ao nosso favor. O patrão não vai atender nossas reivindicações sem que estejamos em greve. A greve é a nossa arma coletiva para impedir que seja imposta a jornada de 12 por 36 horas. A experiência nos ensina que a negociação entre o patrão e o sindicato sem que tenha luta acaba sempre contra o trabalhador. Está aí por que devemos fazer assembleia geral para discutir o que vai ser negociado e como vamos manter a fábrica mobilizada.

### **É preciso saber o que vai ser negociado**

As principais reivindicações são:

1. Fim da jornada 12x36, que reduz os salários em mais de R\$ 400,00 e piora as condições de vida e trabalho;
2. Pagamento da nona hora trabalhada (direito dos trabalhadores do terceiro turno), que a empresa parou de pagar e que significa uma perda de R\$ 500,00 nos salários;
3. Aumento no valor da PLR;

## **| Greve na Lorenzetti**

### **O despertar da consciência classista**

Na greve, sempre surge um agrupamento de operários que se destaca pela combatividade, pela vontade de vencer e por ser fiel à luta. Os instintos de revolta dos trabalhadores contra a exploração e opressão capitalistas são encarnados por esse agrupamento, que se torna a vanguarda da greve. Assim, são a direção natural do movimento.

Duas atitudes políticas podem aparecer diante do surgimento dessa vanguarda: 1) sufocá-la, impedindo-a que se torne a direção natural da greve. Quem faz isso é a burocracia sindical, que não tolera opositores à sua política de conciliação patronal; 2) reconhecer essa vanguarda como direção natural e ajudá-la a ganhar experiência no desenvolvimento da luta. Quem faz isso é o partido revolucionário do proletariado. Age dessa maneira porque sua política é a de combate ao capitalismo e seu programa é o da revolução socialista.

A burocracia sindical, com essa conduta acaba, servindo ao patrão, que em um primeiro momento procurará enganar os grevistas com migalhas e, no segundo, passará à repressão. É importante na greve que a vanguarda desperte sua consciência política de classe. Quanto mais rápido e firme isso ocorrer, mais força terá a greve e melhores condições os grevistas terão para marginalizar a política da burocracia sindical e responder à ação repressiva do capitalista. Toda força à organização independente da greve por meio de sua vanguarda natural!

*Toda força à greve dos operários da Lorenzetti!*

4. Dissídio coletivo (aumento salarial);
5. Constituir de uma comissão de fábrica, eleita pelos próprios operários, para representar os trabalhadores em todos os turnos.

Não queremos, de forma alguma, a jornada de 12x36. Ao contrário de aumentar nosso tempo de trabalho, é preciso diminuir a jornada, sem reduzir o salário. Já trabalhamos muito e ganhamos pouco.

A nona hora tem de ser paga. É nosso direito trabalhista. Não queremos perder nenhuma de nossas conquistas. O não pagamento da nona hora é redução salarial. Não queremos nossos salários reduzidos, porque já são baixos.

É preciso definir o valor do PLR. O PLR apenas ajuda a melhorar um pouco os nossos salários baixos. Produzimos muito, por um salário que mal dá para passar o mês.

Nossos salários devem ser reajustados. A alta do custo de vida corroi nosso salário. Além do reajuste, precisamos de um aumento real.

O direito de ter uma comissão de fábrica é indiscutível. Os trabalhadores têm de se organizar coletivamente para se defender da exploração patronal.

## **Nossa luta é importante para toda a classe operária**

A jornada de 12X36 é parte da aplicação da reforma trabalhista. É uma maneira de burlar a jornada de 8 horas diárias, que já é pesada. Também é uma forma de reduzir os salários. Uma jornada mais extensa, com rebaixamento salarial, provoca graves consequências para a vida dos trabalhadores. Aumenta o desgaste físico e mental. Facilita os acidentes de trabalho. Atinge a família do trabalhador.

Não é só a Lorenzetti que está impondo essas duras mu-

danças contra os trabalhadores. Nas fábricas que distribuímos o Boletim Nossa Classe, a reclamação é a mesma. Os patrões querem mais produtividade, com menos gastos em salários e direitos trabalhistas.

Devemos em nossa luta exigir que o sindicato convoque os operários das demais fábricas a combater a reforma trabalhista e apoiar nossa luta contra a jornada 12X36.

É com a união de toda a classe operária que derrotaremos a reforma trabalhista, a terceirização e defenderemos nossas vidas.

## **Todo apoio à greve na Lorenzetti**

29 de agosto

Agora, é preciso unir firmemente os três turnos, para que essa greve seja forte e vitoriosa. Devemos exigir quatro ações logo de início:

- 1) Convocar a assembleia geral para que fortaleça a unidade dos três turnos. E para dirigir a greve de forma coletiva;
- 2) Eleger na assembleia um comando de greve, que se responsabilize juntamente com o sindicato pela negociação com o patrão;
- 3) Pedir ao sindicato que faça uma campanha em todas as fábricas da categoria e da região, em apoio a nossa greve;
- 4) Que se mantenha a mobilização diária de todos os grevistas, para que a greve seja ativa e não passiva.

O Boletim Nossa Classe fará tudo que estiver ao seu alcance para apoiar a greve dos companheiros da Lorenzetti. A união dos operários é a força da greve. A formação de um comando de greve firme, pelos próprios operários, é a condição para se ter a máxima unidade. A assembleia geral é o organismo da democracia coletiva da greve. Todos os grevistas devem participar de sua organização e decidir cada passo do movimento. Para isso, são fundamentais a assembleia geral e a formação do comando de greve.

### **Não à jornada de 12X36**

Essa jornada aumenta a exploração do trabalho, reduz os salários e facilita ainda mais os acidentes de trabalho. Só interessa ao capitalista da Lorenzetti, que terá maior lucro.

A jornada 12X36 elimina um direito conquistado pela classe operária, que é a jornadas de 8 horas. A classe operária necessita de redução da jornada, sem reduzir os salários. Pelos seguintes motivos:

- 1) Para aumentar o número de empregos. O desemprego atinge milhões de trabalhadores. A economia capitalista já não cria postos de trabalho nem mesmo para empregar a juventude. Está aí por que a reivindicação da classe operária é de redução da jornada, sem reduzir os salários;
- 2) Com as inovações tecnológicas, se reduzem os postos de trabalho. É com a redução da jornada que lutaremos pelo direito ao trabalho a todos;
- 3) Produzimos muita riqueza e recebemos um salário que mal dá para manter a família;
- 4) A cansativa jornada de 8 horas diárias já provoca um grande desgaste físico e mental. E facilita os acidentes de trabalho. Pior ainda será com a jornada 12X36.

O Boletim Nossa Classe considera mais do que suficiente esses motivos para lutar com garra contra a jornada de 12X36.

### **Nossa greve também é pela defesa do salário**

A Lorenzetti deixou claro na negociação que não aceita aumentar o salário, nem o valor do vale-refeição, nem da PLR, nem pagar a nona hora, que é um direito dos trabalhadores do terceiro turno.

Essa intransigência reforça, ainda mais, a necessidade da união de todos na greve. A defesa do emprego e do salário é a única forma que os assalariados têm para garantir a sua existência e de sua família. Quanto mais intransigente for o patrão, mais forte deve ser a greve.

O Boletim Nossa Classe defende o direito irrestrito de greve. Essa é uma arma legítima para nos defender contra a brutal exploração capitalista do trabalho.

### **Por uma comissão de fábrica**

É preciso uma verdadeira comissão de fábrica. Uma comissão que represente realmente os operários. O patrão está jogando com a proposta de aumentar dois representantes do sindicato na comissão. A comissão formada com indicação do patrão não é uma verdadeira comissão de fábrica.

A verdadeira comissão de fábrica é eleita pelos próprios trabalhadores do chão-de-fábrica. A greve deve ser contra uma comissão de fábrica que seja controlada e dependente do patrão. Lutemos pela organização independente e coletiva dos trabalhadores.

Queremos a comissão de fábrica: 1) eleita diretamente pelos trabalhadores; 2) independente do patrão; 3) controlada pelos próprios trabalhadores, por meio das assembleias.

### **A greve da Lorenzetti é de toda a classe operária Nossa luta é contra a reforma trabalhista**

É importante não perder de vista que a jornada de 12X36 faz parte da reforma trabalhista, implantada pelo governo golpista de Temer. Em todas as fábricas, avançam as mudanças na jornada, a terceirização e a quebra de direitos trabalhistas. A precarização do trabalho e o aumento do desemprego e subemprego atingem milhões de trabalhadores. Está aí por que os sindicatos devem convocar assembleias gerais e organizar um movimento nacional de toda a classe operária para derrubar a reforma trabalhista.

Que a greve da Lorenzetti sirva para abrir os olhos de todos os assalariados. Que sirva para as direções sindicais retomarem a luta, que teve seu ponto mais alto na greve geral de 28 de abril do ano passado. Nossa greve abre caminho à defesa dos empregos e dos salários.

*Pela unidade e pela vitória de nossa greve!*

# 180 dias de intervenção no Rio de Janeiro

Em 20 de agosto, foi realizada uma operação com 4 mil militares, 70 policiais, tanques e helicópteros, nas favelas do Alemão, Maré e Penha, pelo Comando Conjunto da Intervenção Federal, sob direção do Comando Militar do Leste (CML) do exército brasileiro. A ação acabou com 13 mortos, dentre eles dois integrantes do exército. O Gabinete da Intervenção Federal (GIF), comandado pelo general interventor Walter Souza Braga Netto, não informou sobre as circunstâncias das mortes de civis. Apenas noticiou sobre apreensão de armas e entorpecentes.

A operação passará, assim, a computar como mais uma estatística na sequência de ações que acabam com dezenas mortes de civis pela ação das forças repressivas do Estado. Não por acaso, desde que foi assinado o decreto de intervenção militar federal na Segurança Pública do Estado do Rio, houve um aumento em relação a igual período de 2017 do número de tiroteios em 40%. E cresceram em 128% as mortes que decorrem de chacinhas perpetradas por militares e policiais.

É o que confirma também o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Cândido Mendes, que afirma, em seu recente relatório, que as *“mortes decorrentes de intervenção policial e tiroteios aumentaram”*, assim como *“As disputas entre quadrilhas, incluindo milicianos”*. Em declarações reservadas à imprensa, um PM disse ainda que a *“intervenção não provocou mudanças significativas para a PMRJ”*, enquanto um militar assegurou que *“A intervenção é ineficaz e mentirosa (...) Tudo não passa de uma grande perda de tempo, algo para inglês ver.”*

Isso explica porque o governo golpista e Braga Netto aferiram-se à queda no número de roubos de carga (20% a menos que em 2017) como único *“indicador positivo”*. Mas, ocultam o aumento de mortos por ações policiais, de latrocínios, tiroteios, etc., que alcançaram um nível assombrador.

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, teve de justificar esses índices de agravamento da criminalidade, afirmando que *“as pessoas não têm noção de quão fundo penetrou o crime organizado”*. Evidentemente, não se pode cortar pela raiz os negócios criminosos das facções e milícias sem atingir as quadrilhas políticas e frações burguesas, que têm no crime organizado seu sustento econômico e a fonte de seu poder político territorial. As eleições se aproximam e exigem que esses fios sejam reatados para garantir a vitória de políticos da base parlamentar do governo e continuar a engraxar a corrupção política, judicial e policial.

Está aí a explicação de por que a justificativa de que a intervenção resolveria grande parte dos problemas que decorrem da criminalidade e da corrupção e violências policiais não se confirmou. Lembremos que Braga Netto disse que a Vila Kennedy, a primeira favela a ser militarizada, seria o *“laboratório”* da intervenção. 3.200 soldados ocuparam-na em fevereiro e houve um descenso da criminalidade. Mas, quando as forças do exército se retiraram, as milícias e as facções retomaram o

controle da região e a violência voltou crescer, superando ainda índices de anos anteriores.

Objetivando ocultar esses dados, os generais e a frente burguesa golpista impuseram um cerco informativo que oculta ou mostra dados, segundo esses sirvam para legitimar seus atos. O que explica por que se ocultam as circunstâncias das mortes que resultam das chacinhas, ou se estagnam as investigações, a exemplo do assassinato político de Marielle Franco e seu motorista, Anderson. Jornalistas relatam ainda que foram banidos ou impedidos de participar de coletivas de imprensa por questionarem os relatórios dos generais. E que passaram a sofrer ameaças, perseguições e operações de inteligência sobre seu trabalho jornalístico e suas movimentações pessoais.

Como se vê, a população pobre e miserável é a mais diretamente atingida pelos métodos autoritários e ditatoriais do Estado, e está sob permanente suspeita, pelo simples fato de ser parte da massa explorada. É o que se observa com o avanço

à anulação de direitos democráticos da população explorada nas favelas e bairros, que é revistada, fichada pelos organismos de inteligência e impedida de ir e vir sem antes se submeter ao arbítrio e autoritarismo dos militares.

São essas manifestações de uma mudança nos métodos repressivos no seio da política burguesa. Indicam o agravamento das tendências à militarização da vida política. O reatamento formal da democracia oligárquica, com as eleições de outubro, não modificará fundamentalmente esse quadro. O próximo governo eleito terá de

---

***Agravam-se as tendências à militarização da vida política. O reatamento formal da democracia oligárquica, com as eleições de outubro, não modificará fundamentalmente esse quadro. O próximo governo eleito terá de manter esses instrumentos de um verdadeiro Estado policial, que visa a abortar fisicamente que as massas recorram à luta de classes.***

---

manter esses instrumentos de um verdadeiro Estado policial, que visa a abortar fisicamente que as massas recorram à luta de classes.

É a desagregação capitalista a que empurra a burguesia e seus governos a acirrar os métodos ditatoriais de sua dominação sobre os explorados. De forma que os revolucionários devem expor os elos e as manifestações dessas relações e, assim, ajudar as massas exploradas e sua vanguarda a ajustarem seus métodos e táticas de luta. É nessas condições que se destaca a defesa de liberdades democráticas perante o avanço do autoritarismo e os métodos do terrorismo de Estado. Evidentemente, não para reforçar as ilusões de que é possível frear essas tendências reacionárias, votando tal o qual candidato, ou reformando a democracia oligárquica.

Pelo contrário: as massas se devem unir por trás do programado proletariado, que une o direito dos oprimidos recorrerem à ação direta e autodefesa de massas à defesa do emprego, dos salários e condições de vida das massas. Somente com esse programa e esses métodos poderá o proletariado e demais oprimidos enfrentarem a violência contrarrevolucionária, romper com os partidos burgueses e pequeno burgueses (de esquerda e direita) e avançar à sua independência de classe, elevando-se à estratégia de poder da classe operária, o governo operário e camponês.



# Como combater o avanço da direita burguesa

Nessas eleições, a particularidade está em que quase todas as frações da burguesia pendem para a direita. As candidaturas e seus partidos, em última instância, expressam a necessidade do poder econômico. Não é mecânica essa relação, uma vez que estão presentes as pressões da luta de classes. Concretamente, nota-se, de um lado, que a burguesia está aflita com as dificuldades de superar a crise econômica e de atender as exigências do imperialismo e, de outro, a maioria nacional oprimida descontente com o desemprego, subemprego, perda salarial, precariedade da saúde e com os efeitos da reforma trabalhista e da lei da terceirização. É nessas condições que se desenvolvem as eleições.

A candidatura de Jair Bolsonaro passou a representar a direita na disputa presidencial. As principais frações do poder econômico, no entanto, não encontram nessa via resposta às suas apreensões. Há o receio de que, com Bolsonaro à frente do Estado, sustentado por um partido improvisado, a crise política ganhará dimensões mais dramáticas. A tentativa de ajustar essa candidatura direitista aos interesses do grande capital, por meio de um programa econômico montado para esse fim, pelo economista ultraliberal Paulo Guedes, não conseguiu alinhar as principais frações capitalistas. Há quem diga que o motivo é a desconfiança pelo fato de Bolsonaro representar uma direita com traços estatistas e nacionalistas. Chegou-se a denunciar a simpatia de Bolsonaro com o governo militar de Ernesto Geisel, que acabou sendo rejeitado por setores da burguesia nacional e pelo imperialismo por ter posto em marcha um programa econômico estatizante. As suas manifestações homofóbicas, raciais e de discriminação da mulher são, na verdade, epidérmicas. Somente na aparência são rejeitadas pelos meios de comunicação monopolistas. A promessa de fortalecer o aparato repressivo do Estado atrai simpatias não só da burguesia como de uma camada alta da pequena burguesia. Por meio do obscurantismo religioso, apoiado principalmente pelos evangélicos, essa direita arrasta um importante contingente das massas oprimidas. Ocorre que as críticas ao bolsonarismo têm servido para ocultar a tendência geral da burguesia para a direita. É preciso revelar o fundamento da direitização burguesa. Encontra-se no programa pró-imperialista. O que não é uma particularidade das diretrizes traçadas pelo economista Paulo Guedes.

A candidatura da ampla coligação de Geraldo Alckmin e a do MDB de Henrique Meirelles refletem com maior precisão a direitização burguesa. Outras candidaturas menores como a de Álvaro Dias (Podemos) e João Amoêdo (Partido Novo) são coadjuvantes. Não se pode caracterizar com justeza a tendência à direitização se não se buscar sua raiz na sujeição da burguesia nacional ao imperialismo, principalmente aos Estados Unidos. As formulações das diversas candidaturas direitistas se prendem ao objetivo de sustentar o parasitismo financeiro. Orientam-se a realizar reformas antinacionais e antipopulares,

dando continuidade às medidas impostas pela ditadura civil de Temer.

Os meios de comunicação, que em boa medida condicionam os resultados eleitorais, utilizam as eleições para orquestrar a campanha pelo ajuste fiscal e as privatizações. No primeiro caso, a prioridade é a de comprometer os candidatos com a reforma da previdência. No segundo, manter e ampliar o programa de privatização e desnacionalização. As diretrizes do programa econômico convergem para a sustentação da gigantesca dívida pública. O novo governo estará obrigado, ainda, a levar a ferro e fogo a implantação da reforma trabalhista e da terceirização. Os candidatos alinhados a esse objeti-



***A promessa de fortalecer o aparato repressivo do Estado atrai simpatias não só da burguesia como de uma camada alta da pequena burguesia. Por meio do obscurantismo religioso, apoiado principalmente pelos evangélicos, essa direita arrasta um importante contingente das massas oprimidas.***

vo procuram arrastar os explorados sob o argumento de que, uma vez na presidência, farão o Brasil retomar o crescimento e voltar os empregos.

Principalmente desde 2014, quando a crise econômica golpeou o País, a classe operária e demais explorados têm suportado as suas brutais consequências. O desemprego e subemprego deram um salto à frente. A pobreza e a miséria se ampliaram. E as condições gerais de existência da maioria oprimida pioraram. O golpe de Estado, que derrubou o governo de Dilma Rousseff, foi escorado na promessa de que as reformas iriam recolocar o Brasil na trilha do progresso econômico e social. Ocorreu justamente o contrário. O golpe institucional exigiu uma ampla coligação, política e economicamente, direitista. Em sua base, estiveram e estão as diretrizes francamente pró-imperialistas, que expressaram e expressam a orientação das potências diante da crise mundial que eclodiu em 2008.

Três candidaturas se colocam à esquerda do espectro direitista, a de Lula/Haddad, de Ciro Gomes e de Guilherme Boulos. São as que têm visibilidade eleitoral, principalmente a do PT e PDT. A do PSOL, tudo indica que não terá maiores projeções. Todas as três, umas mais outras menos, seguem as pressões da direitização geral da burguesia. Prometem reformas fiscal e política. Nenhuma se coloca pelo cancelamento e não pagamento da dívida pública. Apresentam tão somente variantes de reformas, no quadro de manutenção das relações

com o imperialismo e o grande capital nacional. Têm em comum, uma mais à esquerda do que a outra, o fato de condenarem, em parte, as reformas antinacionais e antipopulares da ditadura civil de Temer. Não lhes custa nada prometer uma revisão das medidas implantadas por Temer. Não se apresentam como candidaturas anti-imperialistas. Identificam-se como uma espécie de seminacionalismo. Trabalham por arrastar os explorados também prometendo a volta do crescimento econômico e dos empregos. Evocam a participação eleitoral das massas contra a direita.

O caminho para combater a direita não é o das eleições. Para que as eleições pudessem servir a esse objetivo, era preciso que a classe operária e a maioria oprimida estivessem combatendo a burguesia no seu campo próprio, que é o da ação direta. As massas passivas e arregimentadas pelos partidos da ordem burguesa não têm como fechar passagem à direita. É uma ilusão acreditar que a volta do PT ao poder cumpriria essa função.

## Resposta às críticas das correntes de esquerda à posição do POR de voto nulo

Os partidos que se identificam indistintamente como de esquerda – PT, PCdoB, PCO, PCB, PSOL e PSTU – têm promovido debates sobre as eleições e suas candidaturas. Os sindicatos vêm servindo de meios para tais campanhas. Em algumas das reuniões, o POR teve a oportunidade de intervir com a bandeira de voto nulo pela construção do partido revolucionário e defesa das reivindicações dos explorados. O que é tido, obviamente, como um estranho no ninho.

Na realidade, nas poucas situações em que a chance ocorreu, não pôde responder aos seus opositores de esquerda. Teve o direito apenas de expor seu ponto de vista. Está claro que uma discussão dessa natureza, em que a defesa do voto nulo é marginalizada de maneira pouco democrática, é mais um motivo para nos pronunciar por escrito, respondendo aos questionamentos. Apesar de deixarmos claro que o voto nulo por princípio é infantil, típico do anarquismo, as esquerdas aqui mencionadas procuram afirmar o contrário.

O POR, desde que rompeu com o PT, se colocou por essa linha de intervenção nas eleições. As demais correntes, por sua vez, quase que sistematicamente, participaram das eleições com candidaturas, ou com o apoio a candidaturas tipificadas de esquerda. É bom lembrar que o PT se guia pela frente Brasil Popular e as esquerdas, que não se colocam nesse campo, chegaram a constituir a frente de esquerda eleitoral, mais precisamente a que se deu entre o PSOL, PCB e PSTU. Nestas eleições, o PCB se uniu ao PSOL. O PSTU não teve nenhuma possibilidade de erguer sua bandeira de “alternativa dos trabalhadores, frente de esquerda”.

Esses partidos se valem da legalização para se movimentarem no terreno da democracia burguesa e do processo eleitoral. Sem atribuir muita importância, apenas assinalamos que houve caso de correntes de esquerda liberarem o voto de sua militância para apoiarem as tais das candidaturas de esquerda. Esse oportunismo foi registrado por nós no momento adequado.

É claro que a defesa recorrente do voto nulo dá margem a crítica dos reformistas e centristas de que o POR é sectário. Utilizam-se do leninismo, via-de-regra do “Esquerdismo, Doença

O nacional-reformismo petista mostrou pela experiência sua adaptação ao capitalismo e à democracia oligárquica. Não foi capaz de mobilizar o proletariado contra o golpe de Estado, que se gestou a olhos vistos em todas as instituições, inclusive no interior do próprio governo. A candidatura do impostor Ciro Gomes, caso chegue à presidência da República, reconstituirá as alianças com as frações direitistas que possam sustentar seu governo. A do PSOL não passa de uma idealização pequeno-burguesa de reformas do Estado e da democracia.

A tarefa da vanguarda revolucionária é a de mostrar o caráter antidemocrático das eleições, que ocorrem sob a ditadura civil. É combater as ilusões promovidas pela direita fascizante, pela direita liberal e pela esquerda capituladora. Trata-se de aproveitar a circunstância para propagandear entre os explorados e a juventude as reivindicações vitais das massas, o programa da revolução social e a estratégia de poder do proletariado, que é o governo operário e camponês.

Infantil do Comunismo”, que rechaça o antiparlamentarismo por princípio dos anarcosindicalistas. Não podem admitir que estamos completamente de acordo com a tática leninista de intervenção nas eleições. Isso por que não podem se ver no espelho, correndo o perigo de descobrir que Lênin não apenas rechaça o sectarismo anarquista, mas também o oportunismo parlamentarista, em outras palavras, o eleitoralismo. De maneira que acham que estão combatendo o suposto ultra esquerdismo do POR com os ensinamentos do marxismo, quando, na realidade, ocultam sua adaptação à democracia burguesa oligárquica.

Para que as eleições e o parlamento sejam utilizados como linha auxiliar da luta direta das massas, é preciso que exista o partido revolucionário. Esse ponto essencial é ignorado por todas as variantes do centrismo, uma vez que eles próprios se acham expressão desse partido. Embora resultem da fragmentação do campo centrista, todos entendem que se ainda não são o partido revolucionário, caminham para isso e, portanto, as eleições são um meio para se construírem. É notável como se unem na crítica à posição do POR, que, como partido embrionário, não tem como ultrapassar o cerco antidemocrático da lei eleitoral que impossibilita sua legalização.

No passado não muito distante, a frente de esquerda montada pelo PSOL, PCB e PSTU em torno da candidatura de Heloisa Helena se mostrou irremediavelmente oportunista. O POR assinalou e rechaçou essa manobra sem princípio. Tanto o PCB quanto o PSTU se arrependeram tardiamente, depois de terem se enfileirado por detrás de uma candidatura pequeno-burguesa com traços reacionários (condenação do aborto). Isso ocorreu e voltará a ocorrer porque os centristas e os estalinistas reformados são incapazes de nadar contra a corrente do eleitoralismo. Agora, o PCB se alinha por detrás do impostor Guilherme Boulos, bem como uma gama de centristas que se abrigam do guarda-chuva reformista do PSOL. O PSTU, por sua vez, amarga a solidão e posa de esquerdista em sua campanha eleitoral. Não é nada estranho o fato do PCO se enfiar na sombra do PT. Como dissemos, nesse leque

se unem para convocar as massas a votar em seus candidatos, que não representam a política do proletariado e não encarnam o programa revolucionário. O POR não tem, portanto, a possibilidade de intervir nas eleições por meio de uma frente, de fato, proletária e revolucionária. O voto nulo há muito tem sido uma imposição e não o resultado mecânico de sua estratégia e tática.

Essas eleições têm uma particularidade: ocorrem depois do golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff e em meio à prisão e cassação dos direitos políticos de Lula. No período de transição entre o golpe e as eleições que se realizarão em outubro, o comando do Estado esteve e ainda está nas mãos da ditadura civil de Temer. Não se pode desconhecer que a imensa maioria dos partidos e das candidaturas fez parte do movimento antidemocrático do impeachment e serviram de sustentação no Congresso Nacional do governo usurpador. A ditadura civil impôs a reforma trabalhista, a lei da terceirização, os cortes de recursos à saúde, educação e moradia e avançou as privatizações e desnacionalizações. O governo eleito estará comprometido com a reforma da previdência, única meta que a ditadura civil não conseguiu cumprir, devido às divisões na própria burocracia do Estado.

Não pode haver dúvida de que os explorados estão sendo convocados a comparecer às urnas nas eleições mais antidemocráticas de todas que ocorreram no pós-ditadura militar. No entanto, as esquerdas ocultam esse conteúdo. Acrescenta-se o fato de que há um amplo descontentamento dos oprimidos com os partidos da ordem, os governos e o Congresso Nacional. Não estão apenas enojados com o mar de corrupção. Estão revoltados – e isso é o principal – com a política burguesa que tem descarregado a crise do capitalismo sobre suas costas. A greve geral de 28 de abril do ano passado entusiasmou os operários, mas logo a burocracia sindical, os petistas e, em certo sentido, também os centristas, temeram um levante das massas contra o governo golpista e a democracia oligárquica. O desmonte do movimento de massa nacional foi necessário à política do PT, dos aliados e da fração burocrática direitista (Força Sindical, UGT, Solidariedade, etc.) de arrefecimento da luta de classes e de preparação para as eleições. É sintomático que os centristas tenham sido arrastados por detrás dessa ação antioperária. Inevitavelmente, essa política de colaboração de classes se expressa nas eleições na forma de defesa da democracia burguesa e da constituição do chamado governo “legítimo”.

Vejamos particularmente algumas das críticas e argumentos da esquerda à posição do POR pelo voto nulo. Eis:

1. Depois do golpe de Estado e do crescimento da direita, chamar o voto nulo não é se colocar no campo dos golpistas?
2. Apoiar-se no descrédito da população para com as eleições para defender o voto nulo não significa apostar na rejeição aos partidos?
3. O Brasil não vive uma situação revolucionária, nem mesmo pré-revolucionária, não é correto participar com candidaturas nas eleições?

4. O leninismo defendeu a intervenção dos partidos revolucionários no parlamento, quando as condições não indicavam a revolução, não é o que se passa agora?
5. A maioria que não está disposta a comparecer nas eleições é despolitizada, o voto nulo não reforçaria a despolitização? O que favorece mais a politização, o voto em candidaturas opositoras ou o voto nulo?

Tais perguntas evidenciam a confusão que reina entre as correntes de esquerda. Esse é o motivo pelo qual procuramos dar inicialmente uma resposta de conjunto. Reconhecemos, porém, a necessidade de particularizar, embora, no fundo, as cinco questões tenham um fundo comum: a ilusão de que a eleição é a via de transformação da consciência política das massas e de solução de seus problemas. É comum às eleições o uso da armadilha do voto contra a direita e a favor da esquerda. A armadilha está em esvaziar o conteúdo de classe dos partidos que disputam o poder do Estado pela via eleitoral. A ideia de que o partido de esquerda fará um governo melhor para o país e para os explorados é tipicamente reformista. Ocorre que o reformismo é uma das variantes da política burguesa. O PT serviu à burguesia e à manutenção do capitalismo, tanto quanto o PSDB no governo de Fernando Henrique Cardoso. A classe operária, os camponeses e demais explorados pagaram alto preço ao governo dito progressista do PT, que foi o de se sujeitar à política de colaboração de classes. As migalhas do governo nacional-reformista foram agarradas desesperadamente pelos mais pobres e famintos. O reformismo se nutre da política que engana

***A resistência de uma ampla camada dos explorados em ir votar ou se colocar pela anulação do voto é um progresso político. Milhões de oprimidos deixam de atender às pressões dos partidos e das instituições burguesas. Mas, somente servirá à causa comum da maioria oprimida caso encontre um partido revolucionário que transforme seus instintos de revolta em consciência socialista.***

momentaneamente os explorados e sustenta indefinidamente o poder dos capitalistas. Distinguir um governo francamente pró-imperialista de um governo que oscila entre as pressões do imperialismo e de frações da burguesia nacional é necessário tão somente para determinar a tática do proletariado em sua luta contra a exploração. O reformista e o centrista, disfarçados de marxistas, usam a distinção para chamar as massas a apoiar o partido e o governo burguês reformista.

A resistência de uma ampla camada dos explorados em ir votar ou se colocar pela anulação do voto é contraditória. De um lado, está descontente com a política burguesa, de outro, reflete o descontentamento de maneira deformada na rejeição aos partidos e às eleições. Dizemos deformada porque se trata tão somente de uma manifestação passiva e individual no âmbito da legalidade burguesa. Essa situação é um progresso político, uma vez que milhões de oprimidos deixam de atender às pressões dos partidos e das instituições burguesas para arrastá-los por detrás da política de seus escravizadores. Esse progresso somente servirá à causa comum da maioria oprimida caso encontre no partido revolucionário uma direção que transforme seus instintos de revolta em consciência socialista. Trata-se de politizar as massas por meio da luta de classes e da política revolucionária, e não da conciliação de classes e da política burguesa.

Acreditamos que o questionamento sobre a tática leninista de intervenção nas eleições está expresso no transcurso dessa resposta. Nossa tarefa é a de pôr em pé o partido revolucionário, como parte da reconstrução da IV Internacional.



## Quadro eleitoral em Pernambuco

Mais uma vez, as massas estão sendo chamadas a votar em seu próximo carrasco. O PT nacional rifou a candidatura de Marília Arraes, que aparecia em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto. Com isso, as candidaturas que se destacam são as do governador Paulo Câmara (PSB) – com 27% nas intenções de voto – e do usineiro Armando Monteiro (PTB) – com 21%. Os dois candidatos tentam se livrar da figura impopular de Temer. Paulo Câmara procura esconder que seu partido sustentou o golpe e que seu atual vice é do partido do presidente usurpador. Armando minimiza o fato de ter em sua chapa três ex-ministros golpistas (Mendonça Filho e Fernando Coelho Filho, do DEM, e Bruno Araújo, do PSDB). Um ataca o podre do outro, e ambos têm razão. Como o apoio de Temer é tóxico, sobretudo em Pernambuco, onde Lula tem 62% das intenções de voto, em vez de gravar um depoimento a favor de Monteiro, preferiu declarar em uma rádio sua boa relação com Câmara na economia, na adesão ao impeachment e nas intervenções militares solicitadas.

***O domínio da política oligárquica manifesta-se em Pernambuco como fruto do poder assentado no latifúndio. Não por acaso, predomina a perpetuação de famílias que acumulam cargos, se revezam, em alguns momentos juntas e em outros, separadas. A movimentação do PT (...) indica o quanto em vez de desoligarquizar o Estado, o PT se associou às oligarquias, serviu a elas, para galgar postos no Estado burguês.***

### As movimentações das oligarquias e politiquieiros

O domínio da política oligárquica manifesta-se em Pernambuco como fruto do poder assentado no latifúndio e na preservação deste, mesmo nos momentos de industrialização, levando a um entrelaçamento entre eles. Não por acaso, predomina a perpetuação de famílias que acumulam cargos, se revezam, em alguns momentos juntas e em outros, separadas. A movimentação do PT, nas últimas eleições e na atual, indica o quanto em vez de desoligarquizar o Estado, o PT se associou às oligarquias, serviu a elas, para galgar postos no Estado burguês.

A aliança entre o PT e PSB não é nova, porém, se dá após anos de distanciamento. Em 2007, Eduardo Campos, neto do caudilho Miguel Arraes, se elegeu com o apoio de Lula, havia sido seu Ministro de Ciência e Tecnologia. Enquanto era aliado do planalto, foi muito recompensado. A participação do estado nas transferências voluntárias vindas da União passaram de 5%, em 2007, para 14,7%, em 2010. No primeiro mandato de Dilma, as verbas cresceram 44% em relação às do último ano de mandato de Lula. Os recursos do BNDES foram fartos. Campos se potenciou, como o condutor de um “novo Pernambuco” em que haveria desenvolvimento, geração de empregos e muitas obras garantidas pelo PAC.

Em 2012, porém, uma divisão no interior do PT foi a deixa para Campos iniciar um projeto próprio. A prefeitura da capital estava nas mãos do PT desde 2001, houve uma disputa

e judicialização entre o impopular João da Costa e Maurício Rands (agora candidato pelo PROS). O PT nacional resolveu a querela com a imposição de Humberto Costa, sem respaldo interno. Campos lançou Geraldo Júlio (PSB), que foi eleito e reeleito. Em 2013, o PSB desembarcou do governo Dilma; no ano seguinte, Campos se lançou como presidente e apadrinhou Paulo Câmara. Com sua morte durante o processo eleitoral, o PSB apoiou a candidatura de Aécio Neves.

Por sua vez, o PT apoiou, nas eleições de 2014, Armando Monteiro (PTB) como candidato ao governo do estado, que perdeu. Monteiro é um usineiro e ex-banqueiro, que presidiu por duas vezes a CNI e tem familiares denunciados por trabalho escravo. Vem de uma família oligárquica que está na política há várias gerações. Armando foi também ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no governo Dilma, de 2015 até o golpe. A aliança foi mantida nas eleições para a prefeitura de Recife, quando o PSB atraiu 20 partidos para sua coligação e o apoio de Monteiro trouxe ao PT os min-

guados apoios do PTN, PTdoB e PRB, de Silvio Costa Filho. A fidelidade de Monteiro no processo do impeachment, porém, não foi recompensada pelo PT. Com a definição da aliança com o PSB, Monteiro armou uma oposição com o DEM e PSDB. A ambiguidade quanto ao apoio presidencial foi abandonada com a ameaça do PSDB sair da coligação e o apoio a Alckmin foi definido. O PSL, que quase lançou

um candidato próprio para dar palanque a Bolsonaro, o fascista Coronel Meira, também entrou na aliança de Armando.

O PCdoB, que, desde a eleição de Campos, nunca abandonou o governo do PSB, agora se candidata a vice com Luciana Santos, ex-prefeita de Olinda. O MDB de Pernambuco, partido do atual vice-governador Raul Henry, se acomoda a esse arranjo. A presidência do partido no estado está judicializada por Romero Jucá. E, Jarbas Vasconcelos, cujos dois mandatos como governador antecederam Campos, junto com PFL e PSDB, agora aparece abraçado com Humberto Costa (PT), para uma dobradinha no Senado. Câmara, com o apoio do PT, ostenta os nomes de Eduardo Campos e de Lula. A resposta impotente de Marília, que se contentou com a candidatura a deputada federal, é a de, em vez de apoiar Humberto, chamar o voto em Sílvio Costa (Avante) para o Senado.

Ou seja, nessas movimentações em que o PT se meteu, pouco importam os “projetos” e “programas”, o que vale mesmo é o toma-lá-dá-cá. A mais rebaixada politicagem.

Maurício Rands é candidato pelo PROS. Após sair do PT, ziguezagueou pelo PSB. Seu atual partido tentou emplacá-lo nas eleições presidenciais, como vice de Marina, Álvaro ou Alckmin. Sem conseguir, lançou-se candidato em Pernambuco, se apresentando como oposição de esquerda a Câmara. Tem um discurso abertamente privatista. Aparece com 2% nas intenções de voto. A candidatura de Julio Lossio, da Rede, também patina com 3%.

Os partidos de esquerda como o PSOL/PCB, PSTU e PCO, com suas variações, acabam reforçando a ilusão de que os problemas do povo serão resolvidos nas eleições.

Ana Patrícia, do PCO, faz de sua candidatura tribuna para a defesa irrestrita de Lula, sua liberdade e candidatura. Aparece na pesquisa com 3%.

## PSOL e o programa reformista requeentado

A candidatura do PSOL/PCB traz como “novidade” uma chapa majoritária feminista para as eleições. A candidata a governadora Dani Portela requeenta as fórmulas reformistas de inclusão, cooperativismo, economia solidária, ações afirmativas e democratização do Estado, por meio de conselhos populares. Repete as fórmulas de investimento em educação para “Pernambuco voltar a crescer”. Promete combater a violência com políticas sociais, combinada com o fortalecimento da “inteligência” das polícias e o aumento de efetivos, via concurso público. Em nome dos direitos humanos, inscreve em seu programa a “luta pela desmilitarização das polícias, e imediato debate público sobre um novo modelo de segurança pública – comunitária, humanizada e antirracista”. Pura máscara para o Estado capitalista e seu braço armado.

De forma genérica, se propõe a “avançar para por fim às OSs e gestão privada”. Faz malabarismo ao propor a “Socialização de trabalho doméstico” cujo conteúdo é dar “cursos e atividades que permitam às mulheres, especialmente as da periferia, se inserirem no mercado de trabalho”. Responde aos contratos temporários na educação com a defesa de seu fim, ou seja, a demissão dos contratados, e a realização de concursos. Como candidata da pequena burguesia, restringe-se a essa defesa meritocrática, em vez de partir das necessidades das massas, o que resultaria na defesa da efetivação dos temporários e terceirizados.

Promete passe livre para a juventude sem subsídio ou isenção às empresas. E afirma que reorganizará o consórcio Grande Recife, sem propor a expropriação das empresas de transporte coletivo.

A candidata tenta colar sua imagem à de Mariele Franco, vereadora carioca assassinada, porém, segue sem conseguir empolgar as massas, tem 1% das intenções de voto. Se conseguisse, seria um obstáculo a mais na conquista da independência de classe, pois escancaradamente reforça as ilusões democráticas. Do socialismo, presente no nome de seu partido, não se sente nem o cheiro nessa campanha.

## PSTU – radicalismo verbal, mas sem independência de classe

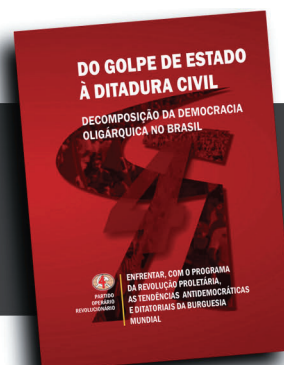
O programa da candidatura do PSTU, Simone Fontana, reproduz a linha nacional do partido de chamado à tal rebelião. A estratégia que os move é a do “governo dos trabalhadores”, sem definição de classe e sem apontar a via da revolução e ditadura proletária. O centrismo mescla bandeiras revolucionárias com ilusões reformistas. Defende um governo apoiado em conselhos populares. Mas, ao repercutir seu “Fora todos”, se apoia na Lava a jato para “limpar” o Estado. Escrevem: “Fora os corruptos e corruptores, prisão e expropriação da ODEBRECHT e todas as empresas e políticos envolvidos na Lava Jato no Estado!” e, mais adiante: “inelegibilidade dos denunciados na Lava-Jato e outros esquemas de corrupção”. Por essa via, ocultam que a Lava a Jato é instrumento de disputas políticas e comerciais interburguesas e fecham os olhos para a perseguição ao PT com o golpe e impedimento da candidatura de Lula. Além disso, não educam os explorados quanto à corrupção ser inerente ao capitalismo. Os crimes da burguesia e daqueles que governaram para ela só poderão ser punidos por Tribunais Populares, erguidos pela classe operária, essa é a defesa do POR, que preserva o princípio da independência de classe.

No programa eleitoral do PSTU, consta a auditoria com suspensão do pagamento da dívida pública; reestatização da Celpe, Compesa e defesa da CHESF e Eletrobras. Em um momento de maior radicalização e isolamento, o PSTU defende que “Participar de eleição não significa defender essa democracia dos ricos; nas eleições, defenderemos uma revolução socialista e um governo dos trabalhadores, através de conselho populares”. Nas bandeiras, específicas, porém, e, principalmente, na campanha, prevalece a busca dos votos com promessas maiores, apenas mais esquerdizadas, de solução para os problemas do transporte, educação, saúde, emprego e outros.

## Voto nulo pela construção do Partido Operário Revolucionário

O lamaçal da política burguesa e seus arranjos oportunistas fazem com que parte das massas desacredite das eleições. Na pesquisa Ibope, 53% responderam não saber em quem votar ou não respondeu. E expressivo 29% afirmou que votará em branco ou nulo. O POR chama o voto nulo nessas eleições, não por um abstencionismo por princípio, mas campanha da necessidade de superar a crise de direção, com a construção do Partido Operário Revolucionário no estado e no país e a reconstrução da IV Internacional.

## DO GOLPE DE ESTADO À DITADURA CIVIL — DECOMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA OLIGÁRQUICA NO BRASIL



R\$ 35

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DE MASSAS

## DISPUTAS ELEITORAIS EM RONDÔNIA

Em meio ao lamaçal da política burguesa, o circo eleitoral está levantando suas tendas com certo atraso. Isso porque precisaram acertar as alianças. O que vemos é cada legenda correndo atrás, desesperadamente, do voto dos eleitores. Compareceram anunciando que são “fichas limpas” para poder atrair as massas. No entanto, basta recordar que aqueles que lideram as pesquisas para o governo do estado são os mais envolvidos na corrupção. São nove candidatos se engalfinhando para ganhar um meio de engordar mais suas contas bancárias, às expensas do sacrifício das massas.

O primeiro lugar está com Expedito Júnior/PSDB, em coligação com DEM, PRB e PSD. Ele foi afastado, devido a acusações de compra de votos, durante a campanha de 2006. Lidera as pesquisas para governador com 30% dos intenções de voto. Abaixo, vem Acir Gurgacz/PDT, que está coligado com inúmeros partidos, do PP ao Solidariedade. O candidato do MDB, por ser identificado com o golpista Michel Temer, Maurão de

Carvalho, não consegue arrastar os explorados, que sofrem o peso das medidas antipopulares do governo. O PT não lançou candidatura própria, coligou-se com o PSOL, ocupando o cargo de vice-governador na chapa. As candidaturas de esquerda, PSOL e PSTU, têm atraído uma ultraminoria, certamente vinculada aos movimentos sociais e estudantis. A disputa está em reduzir o número de pessoas que se coloca pelo voto nulo, hoje mais de 20%.

A Corrente Proletária/POR trabalha no seio das massas e sindicatos, denunciando os partidos burgueses e as teatralizações para enganar a população e atraí-las para as urnas. Coloca-se pelo voto nulo e a construção do partido revolucionário. Defende as reivindicações dos explorados, salário, emprego e direitos. Mostra que, por meio das eleições, não será possível chegar ao poder do Estado e governar em favor dos oprimidos. As eleições são o terreno das disputas burguesas. O terreno dos explorados é o da luta de classes, da ação direta.

### Rio Grande do Norte

## Debate entre os candidatos

No dia 16/08, na Band, houve o primeiro debate entre os candidatos ao governo. Um destaque foi para as acusações e pedidos de direito de resposta entre os três candidatos que lideram as pesquisas, típico de politiqueiros burgueses. São eles o até há pouco tempo governador Robinson Faria (PSD), o candidato da oligarquia “Alves” e até recentemente prefeito de Natal, Carlos Eduardo (PDT), e a senadora Fátima Bezerra (PT).

Robinson foi o principal alvo de quase todos os candidatos, sendo acusado de ter afundado o estado numa crise na segurança pública, na saúde e fiscal. O mesmo tentou se defender com o discurso de que governou sozinho, que enfrentou as crises, apesar do boicote de Fátima Bezerra no Senado e da ausência de Carlos Eduardo na tentativa de solucionar crises, como a das rebeliões nos presídios e atentados a ônibus, ou na greve dos policiais. Frente ao atraso de salários, disse que estavam em dia, faltando apenas “um pouquinho” do 13º, como se fosse possível passar uma borracha, três meses antes da eleição, em todo o drama que o funcionalismo passou nos últimos meses de salários atrasados.

Carlos Eduardo, por sua vez, se enalteceu, com o slogan de que o povo o apoia por supostamente ter sido testado e aprovado como prefeito de Natal, que recuperou a cidade do descaso na saúde pública, na educação, etc., em contraste com a “má gestão” de Robinson no governo. Tentou a todo instante se desvincular do estereótipo de “candidato das oligarquias”, como se isso fosse possível.

Já Fátima Bezerra disse que buscou “ajudar” o RN com emendas, mas que a EC 95 do Teto de Gastos contingenciou os recursos. Tentou se vincular à imagem de Lula, enfatizando que ela governará junto com o ex-presidente que, segundo Fátima, será eleito e revogará a EC do Teto de Gastos. Tentou se diferenciar das candidaturas de Robinson e Carlos Eduardo, mas o que não pode esconder é que o PT, nos vários estados, tem se oligarquizado, aliando-se a frações burguesas regionais, como fez em 2014, quando Fátima foi eleita como senadora, em aliança com o próprio Robinson Faria, e ocupando cargos no seu governo até o mo-

mento do Impeachment.

Saindo dessa tagarelice oligárquica, importa-nos ver, em alguns temas, as posições do PT, PSOL e PSTU, partidos que se reivindicam dos explorados.

Com relação aos atrasos de salários, Fátima Bezerra propõe “um conjunto de medidas harmônicas” para resolver a crise fiscal e garantir o calendário de pagamento: melhorar a capacidade de arrecadação, combater a sonegação, recuperar a dívida ativa, reforma administrativa para cortar “desperdícios”, e repactuação dos recursos entre os três poderes. Fala de uma gestão técnica, eficiente, transparente e com “participação popular”. Desconhece que a crise no estado do RN é parte da crise capitalista de superprodução, com sua dívida pública parasitária, o corte de gastos e o saque das riquezas nacionais, e não poderá ser resolvida nos marcos do capitalismo. Um futuro governo do PT se chocará diretamente com os explorados, e mais imediatamente com o funcionalismo. Já vimos boa parte disso com o papel de carrasco do funcionalismo desempenhado por Fernando Mineiro (PT), quando ainda era líder do governo Robinson na Assembleia Legislativa.

Chama a atenção o candidato pró-empresendedorismo do PSOL, Carlos Alberto. Não apenas por ser empresário, proprietário de restaurantes fast-food, e ter o segundo maior patrimônio declarado, ficando apenas atrás de Robinson Faria. E não apenas por ter sido vice-presidente de uma entidade burguesa, a CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas). Mas, principalmente, por defender a isenção de impostos não só para os grandes capitalistas, mas estendê-la aos pequenos comerciantes e industriais, como o caso dos donos das confecções de costura do Seridó, que superexploram a força de trabalho. Para Carlos Alberto, a forma de resolver o problema dos atrasos de salários e do desemprego passa por implementar uma gestão técnica, sem cargos comissionados, o que, segundo ele, faria as pessoas sentirem confiança em “um governo sério” e, assim, investirem no RN, de modo a gerar empregos e aumentar a arrecadação. Fala em atrair financiamen-



to, ao invés de investimentos, a fim de que a própria população do RN seja dona de seus negócios. Parece esquecer o drama dos camponeses que, à beira da falência, já sofrem com o endividamento e a opressão do agronegócio e do latifúndio, ou dos pequenos artesãos e comerciantes, que se endividam e se arruinam por não conseguirem competir com o grande capital. Com relação à segurança, fala em investir e melhorar a investigação policial, de modo a “prender os 2.000 assassinos” e “os bandidos que explodem cidades do interior”, não se diferenciando das saídas burguesas para o problema. Nas considerações finais, enalteceu sua vida familiar e sua carreira acadêmica, num claro apelo eleitoral de tentar mostrar para a burguesia que é um quadro estável e competente para gerir o seu Estado.

A política do PSTU não poderia ser mais rebaixada. O candidato Dário Barbosa, frente ao problema do atraso de salários e do sucateamento da educação e saúde, propõe como ação imediata cobrar a dívida dos capitalistas para com o estado, semelhante à proposta de Fátima Bezerra de recuperação da dívida ativa. Fala da “opção política” do governo de transferir dinheiro para a iniciativa privada ao invés de garantir os serviços públicos, como se fosse uma questão opcional e não de garantir interesses gerais da burguesia em relação ao seu próprio Estado burguês. Com relação ao desemprego, repetiu a velha bandeira do PSTU de “um plano de obras públicas” para gerar empregos a partir da construção civil. Com relação à segurança, fala em desmilitarizar a PM, ter mais investimento e “fazer um debate nacional com toda a população”, de modo a “envolver todos na solução do proble-

ma”. O PSTU/RN, que se reivindica do trotskismo, nada fala de expropriar a grande propriedade privada, verdadeira raiz do desemprego, da violência e da destruição dos serviços públicos. Propõe um “governo dos trabalhadores”, mas sem destruir a máquina de Estado burguesa. Conclui com um chamado abstrato a uma rebelião como etapa anterior à revolução “socialista”, numa tentativa de atenuar seu oportunismo eleitoral.

As candidaturas do PT, PSOL e PSTU, longe de expressarem independência política frente à burguesia, iludem as massas com promessas de “participação popular” no poder político, ou mesmo de exercerem seu próprio governo apenas reformando e colocando em marcha a atual máquina de Estado burguesa. Escondem que essa máquina está totalmente entrelaçada com o capital financeiro (ex.: o Banco Mundial), capitalistas industriais (ex.: Flávio Rocha) e latifundiários (oligarquias burguesas). Diante disso, só há uma alternativa: votar nulo para garantir nossa independência política e não respaldar qualquer futuro governo que atacará, de imediato, as condições de vida dos explorados do RN. Votar nulo entendendo que a única via para existir um governo próprio dos explorados, que acabe com os problemas mais sentidos das massas, se dará com a revolução proletária, quebrando a máquina de Estado burguesa e a substituindo pelo Estado operário, que expropriará a burguesia e colocará os meios de produção a serviço dos explorados, desenvolvendo integralmente as regiões a partir da planificação econômica sob controle operário. Para isso, a tarefa imediata é da construção do partido revolucionário do proletariado.

## Afuse-SP / Fora o eleitoralismo do sindicato!

No dia 18 de agosto, a diretoria da AFUSE levou para dentro do sindicato o circo eleitoral burguês, com os candidatos ditos de “esquerda” e um candidato da burguesia direitista, um major. Alguns conselheiros disseram que esse candidato era ligado a Bolsonaro, outros a Álvaro Dias, mas isso não tem a mínima importância, o que importa aqui é que a diretoria da Afuse deu a tribuna do Sindicato para um direitista. A Corrente Proletária interveio contra a presença do tal major, mas foi contestada pela burocracia sindical com o argumento de que “é direito de todos apresentarem as suas ideias, isso é democracia”.

Ainda mais. A diretoria apresentou uma “Carta de Compromissos”, para que os candidatos se comprometessem com promessas feitas aos Funcionários da Educação. Puro eleitoralismo! Todos poderiam assinar. Mas, nenhum candidato, que usou a tribuna do sindicato, se comprometerá com as reivindicações dos funcionários de escola. Porque isso implica se colocar contra as reformas antipopulares, a lei da terceirização e a draconiana PEC do Teto, que obriga os governos a cortar na carne os recursos à educação e aos salários do funcionalismo. A luta pelas reivindicações não se coloca no terreno das eleições, mas sim no da ação direta. Sem a organização dos funcionários de escola, sem a realização de assembleias e sem a independência diante dos governos e seus partidos não conquistaremos nossas reivindicações.

Os sindicatos são criação da classe operária para enfrentar a exploração do trabalho. Quando estão sob uma direção classista, os sindicatos são meios auxiliares para a luta contra o capitalismo e instrumento de defesa da vida dos explorados. Quando estão sob a direção de correntes reformistas, como é o

caso da Afuse, os sindicatos são instrumentos de colaboração de classes. Está aí por que inventam a tal da “Carta de Compromissos”, “Agenda prioritária dos trabalhadores”, para supostamente envolver as candidaturas burguesas e alimentar ilusões de que essa pode ser uma via para obter as reivindicações.

Encerrados os discursos, os candidatos não ficaram para ouvir os funcionários. A candidata do PT a deputada estadual, Bebel, ficou mais alguns minutos para pedir que votassem nela. Em seguida, também foi embora. A burocracia, diante dessa situação, concedeu três minutos aos conselheiros. A Corrente Proletária aproveitou para denunciar o circo armado pela burocracia. Com a fala de que “a AFUSE é aberta a todos”, a burocracia faz do sindicato um trampolim eleitoral. Ao invés de convocar assembleia geral para que os funcionários coletivamente decidam os rumos da luta, a direção usa a reunião do Conselho de Representantes para potencializar as disputas burguesas em torno das eleições. A Corrente Proletária mostrou o papel nefasto da burocracia. Defendeu a independência política do sindicato diante da burguesia e seus governos. Rechaçou a colaboração de classes. Responsabilizou essa burocracia pela despolitização que reina entre os funcionários de escola. E chamou a vanguarda a constituir uma oposição, que tenha em seu programa a defesa das reivindicações vitais e o método da ação direta, para recuperar os sindicatos para a luta de classes.

Nessa reunião, a Corrente Proletária distribuiu o Manifesto do POR, que se intitulava “Não Vamos arredar pé! Manter o nosso voto nulo contra a farsa eleitoral, Lutemos pelas nossas reivindicações”. E um Boletim específico dos funcionários da educação, exigindo a convocação da assembleia geral.

## **A luta proletária pela emancipação da mulher**

Em Francisco Morato, no dia 25 de agosto, o PT chamou as mulheres para “tratar de políticas públicas”. Uma militante do POR foi convidada para compor a mesa. Destacou a necessidade das mulheres se emanciparem na história e no processo revolucionário, com a política operária. Um exemplo de mulher que dedicou sua vida à causa da revolução é Rosa Luxemburgo, militante revolucionária.

A situação atual de crise econômica e política exige das mulheres a compreensão sobre a importância e a necessidade das mulheres operárias e demais exploradas se emanciparem, para lutar contra a opressão e a exploração do capitalismo, unindo homens e mulheres em uma perspectiva classista, na luta para conquistar as reivindicações e pôr fim a todo e qualquer tipo de opressão da classe burguesa.

A militante do POR ainda colocou que a mulher explorada deve participar da política, sob o programa de independência classe operária. Somente assim se livrará da ilusão eleitoral, como a que no momento alimentam os partidos da burguesia e os de esquerda, adaptados à democracia dos exploradores. Cabe às mulheres com consciência de classe denunciar o eleitoralismo e as promessas dos candidatos, que, neste momento, juram que vão pôr em prática políticas públicas, voltadas às necessidades dos miseráveis, pobres e famintos.

O POR vem fazendo uma campanha sistemática contra os ataques da burguesia aos assalariados. É com essa política que as mulheres se unirão entre si e com a maioria dos homens que se sacrificam dia-a-dia nas fábricas, construções, comércio, campo, etc. As eleições as dividirão. O Estado está retirando direitos e aprofundando os ataques à vida das massas. As chamadas políticas públicas são ilusórias, porque colocam a possibilidade do capitalismo em atender plenamente direitos democráticos, e não resolvem o problema da opressão, pois ele é estrutural. Portanto, a opressão acabará com o fim dos governos burgueses e do capitalismo.

O governo de ditadura civil de Temer intensificou a exploração do trabalho e a retirada de direitos das mulheres assalariadas com a aprovação das reformas. A reforma trabalhista vem atingindo indistintamente operários e operárias, reforçando a dupla opressão vivida pela mulher trabalhadora. O desemprego e o subemprego

são uma das chagas do capitalismo que sangra ainda mais a família operária, que sobrevive com baixos salários, milhões sem nunca atingir a aposentadoria, sem atendimento de saúde e sem creches para seus filhos. Além de tudo isso, as mulheres sofrerem diariamente as violências inerentes à estrutura da sociedade burguesa, desde agressões a assassinatos.

Em uma eleição burguesa marcada pelo golpe de estado, o PT insiste com sua política reformista de convencer as mulheres da periferia, que sentem na pele a pobreza e as consequências das contradições sociais, a acreditarem que o voto fará uma diferença nas suas vidas, elegendo um candidato a deputado. As necessidades básicas no município de Francisco Morato são muitas, como falta de postos de saúde, médicos e realização de exames nas UBS e falta de vagas em creches. Nem o PT, nem a atual prefeita Renata Sene (PRB), defendida por algumas mulheres presentes nesse dia e que fazem parte do “Conselho de Mulheres Deliberativo”, vão solucionar esses problemas. Sabemos que, no município, existem muitas crianças na fila à espera de creches. Por que a prefeita, que é uma mulher, não resolve definitivamente esse problema? Por que não passa de uma peça da política burguesa. Observamos também que, mesmo com leis como a da Maria da Penha, o número de mulheres assinadas por homens, por exemplo, só aumentou, expondo assim o crescimento da violência da sociedade burguesa contra as mulheres em todos os municípios do Brasil.

Algumas mulheres se identificaram com a intervenção da militante do POR, que deixou clara a política da classe operária, seus métodos de luta e a necessidade da independência política, no contexto das eleições burguesas de 2018. Destacamos também, na história da classe operária, os 100 anos da primeira greve geral no Brasil, com conquistas de reivindicações fundamentais. A greve geral, por exemplo, é dos métodos de luta dos explorados para defesa e enfrentamento contra os ataques às condições de vida da maioria oprimida. Diante da conjuntura em que vivemos, é preciso construir um partido-programa que tenha como objetivo a emancipação da mulher, destruição da sociedade burguesa pela revolução social e constituição de um governo operário e camponês para a implantação do Socialismo.

## **Ceará / UECE: Reconstruir o movimento estudantil**

A Corrente Proletária Estudantil/POR, depois de um longo período, está de volta ao movimento estudantil da UECE. Deparamo-nos com um movimento estudantil enfraquecido, despoliticado e puramente acadêmico.

A profunda crise econômica que atinge Brasil (expressão geral da crise mundial capitalista) impulsiona a Ditadura Civil Temer a atacar fundo as condições de vida dos explorados: reforma trabalhista, a EC 95 (teto dos gastos), lei da terceirização e as privatizações do governo. A educação passa por situação parecida. No Ceará, o governador Camilo Santana/PT tem deixado a UECE mergulhada em problemas: corte de bolsas (de 900 para 700), falta de professores (1/3 dos

docentes são de contratos temporários), contingenciamento de verbas, imposição de taxas, avanço de cursos pagos e infraestrutura deficitária. Frente a essa conjuntura, o movimento estudantil se encontra desarmado pela despolitização e desorganização.

### **Luta pela reabertura do CA de Geografia**

Iniciamos nossa atuação no curso de Geografia, disputando as eleições para o Centro Acadêmico (CAGEO), que se encontrava fechado há mais de um ano. Nas eleições realizadas dias 28 e 29/08, disputaram 3 chapas: Chapa 1, ligada à antiga gestão; chapa 2, (independentes e LPJ); e Chapa 3 de independentes com

UJS. A CPE/POR compôs a chapa 2 por se tratar de uma luta por reabrir o CA. Apesar de nosso esforço para que a Chapa 2 adotasse um programa de defesa da universidade pública, de autonomia e democracia universitária, de luta contra as taxas e de denúncia dos governos, prevaleceu a ideia de um programa rebaixado, que passa longe de uma política classista, se detendo basicamente em atividades acadêmicas.

Frente a essa conjuntura de ataques contra a educação pública e as condições de vida das massas, temos como tarefa imediata a construção de um movimento estudantil forte e classista, em defesa da universidade pública propagando o programa proletário para a universidade.

**Nesta edição:**

- **Chile:** Os governos continuam sustentando a conversa das “reformas” e “contrarreformas”.
- **Bolívia:** A legalização do aborto e a emancipação da mulher.
- **Cuba:** Percurso da restauração capitalista.
- **Iêmen:** Pela unidade revolucionária dos povos oprimidos de Oriente Médio!
- **80 anos da IV Internacional:** Tarefas e Métodos da Oposição de Esquerda Internacional - L. Trotsky
- **Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.**

# Artigos das Seções

## Comitê de Enlace

### pela Reconstrução

### da IV Internacional



## Chile

# Os governos continuam sustentando a conversa das “reformas” e “contrarreformas”

O crescimento circunstancial da economia dos países produtores de matérias primas sofreu uma forte retração na América Latina. Isso se refletiu na Venezuela, Chile, Argentina, Brasil, com efeitos devastadores e em distinto grau, em decorrência da profunda crise do capitalismo.

Tomamos como exemplo esses países, devido a que são países de capitalismo atrasado, e não é relevante o nível de desenvolvimento alcançado por cada um deles, porque todos estão submetidos à opressão imperialista e à ditadura oligárquica, parasitária, do capital financeiro, pouco importando as nuances de cada governo burguês, seja chavista do século XXI, fascizante como o de Evo Morales, que adapta a constituição para ser reeleito, ou governos de ditadura civil do Brasil, Chile e Argentina. Tampouco se mede o desenvolvimento pela quantidade de prédios, estradas, televisores, computadores etc.

Para acabar com o atraso e deixar de ser semicolônia, é necessário investir na industrialização do país e acabar com o compromisso que nos impõe a divisão internacional do trabalho, onde interagem os países de grande desenvolvimento industrial, que submetem os países produtores de matérias-primas não sustentáveis, premissa que nenhum governo, partido ou movimento pró-burguês está disposto a defender, pois perderia seus privilégios de classe parasitária submetida ao imperialismo.

O único partido capaz de assumir essa responsabilidade é o Partido Operário Revolucionário, num governo Operário e Camponês, armado com o programa revolucionário do proletariado, cuja estratégia é tomar o poder e destruir politicamente a burguesia. Isso certamente terá custos imprevisíveis, considerando que a burguesia jamais deixará que seus privilégios sejam arrancados pacificamente. Trata-se da luta de classes entre a burguesia e o proletariado, chamada de guerra revolucionária, na qual uns lutam para manter seu domínio de classe contra as maiorias – o poder burguês –, e outros, o proletariado, para conquistar sua emancipação e a de todos os oprimidos, desbloqueando e desenvolvendo as forças produtivas que o capitalismo decomposto não permite. Pelo contrário, provoca o nefasto flagelo do desemprego de milhares de trabalhadores.

Somente no mês de julho, houve o fechamento da dinamarquesa Maerks, que demitiu 2.090 trabalhadores; fechamento da IANSA, que provocou 4.000 novos desempregados, junto com a empresa nacional Suazo; na zona do Maule, já somam 5.000 desempregados, que coloca na maior precariedade toda essa província que vive para fazer a terra produzir; a empresa de Alejandro Becker, CIAL construtora, declarou falência e demitiu 1.200 operários, alegando que o ministério de obras públicas lhe deve o pagamento de 15 obras concluídas e entregues. Desde março, após a posse de Piñera, demitiram-se milhares de funcionários públicos, interromperam-se obras em Chuquicamata, da empresa nacional do cobre CODELCO. A comissão de mineração e energia do Senado analisou um informe dos valores no balanço da produção do ente estatal, do primeiro semestre de 2018, apresentada pelos altos executivos da cuprífera. Ademais, já avisam que demitirão 1.700 trabalhadores em Chuquicamata, e a empresa determinará quantos serão recontratados e quantos perderão seus empregos, devido ao mau estado de saúde ou idade.

As reformas tributárias se vêm realizando há muito tempo. Favoreceram as grandes empresas mineradoras. Até o ano 1992, tributavam sobre a “renda presumida”, mas, o governo da *Concertación* mudou para “renda fixa”, propiciando ademais situações que permitiram a tributação nos lugares de origem, sonhando e iludindo o pagamento de impostos por parte de empresas, que respondem por 55% dos investimentos no país e que, em pleno auge das exportações de minérios, criaram uma ilusão de progresso, que deixou fisicamente um desastre ambiental e humano irreparável. A reforma dos investimentos das mineradoras do presidente Ricardo Lagos permitiu a elas se endividarem até três vezes o capital investido, o que, através do *contrato de dívida nominal*, facilita a sonegação tributária, endividando-se com suas próprias matrizes e afins.

O presidente da República, Sebastián Piñera, afirma que a reforma tributária do anterior governo provocou um breque nos investimentos. No seu programa de governo, ele se havia comprometido com os empresários a baixar os impostos de primeira categoria e, agora, passados cinco meses após assu-



mir o cargo, os empresários incomodados e impacientes expressaram publicamente seu descontentamento. Diante dessa situação, o presidente se viu obrigado a convocar sua equipe econômica para iniciar apressadamente um projeto de reforma tributária, apresentada sem a presença do ministro da fazenda e fora do prazo.

Essas pseudo-reformas provocam dúvidas e incertezas nos economistas, e oposição em seu próprio grupo governante. Com a sua reforma, a presidente Bachelet prometeu acabar com o Fundo de Utilidades Tributárias (FUT), mas só foi aplicada ao pagamento de patentes, ficando intacta sua estrutura. A contrarreforma do governo de Piñera indica uma modalidade de pagamento semelhante para a repatriação de capitais, que terão um caráter transitório de doze meses, ou seja, as FUT vão permanecer mais tempo. Essa medida é comemorada pelo

## Bolívia

### A propósito dos debates na Argentina

## A legalização do aborto e a emancipação da mulher

Ulisses



Chama a atenção que, nos recentes debates parlamentares na Argentina, os direitistas usaram como argumento contra a legalização do aborto a necessidade de melhorar as condições de vida e de trabalho das mulheres, expondo, assim, a visão reducionista dos supostos “progressistas”, que não vincularam a reivindicação da descriminalização do aborto com os outros grandes problemas da luta pela emancipação da mulher e da sociedade.

Alguns dos expoentes da direita clerical e reacionária expressaram sua estranheza diante do fato de que os supostos “esquerdistas” não tenham incluído entre os objetivos da reivindicação a necessidade de resolver os problemas da saúde pública, da previdência, do trabalho feminino, da habitação, isto é, da subversão da ordem social vigente. A visão reformista do feminismo burguês e das ideólogas do “gênero” acabou deixando para a direita reacionária as bandeiras de melhores condições de vida das massas, reduzindo, assim, a possibilidade de uma maior incorporação, em particular, das massas femininas proletárias, para quem o problema do trabalho igual, salário igual, do assédio no local de trabalho, etc. é muito mais urgente que a preocupação com o aborto, que é um tema mais sensível à inteligência pequeno-burguesa.

As correntes feministas burguesas, as ideólogas da teoria de “gênero”, separam a questão da descriminalização do aborto da luta pelo fim do capitalismo. Levam a acreditar que a eman-

empresariado nacional, pois, graças a ela, conseguiram durante décadas sonegar impostos e acumular gordos lucros, que foram investidos no exterior, e aproximar-se dos privilégios das multinacionais que operam no Chile.

Os únicos perdedores das reformas são a classe média e os mais despossuídos, porque terão de pagar mais IVA. O capitalismo em decomposição, sobre o qual se sustenta a corrupção, não poderá ser humanizado, nem consertado, com reformas, nem pela esquerda e muito menos pela direita. Esse sistema de produção deve ser sepultado, e, sobre suas cinzas, criada uma nova sociedade, livre de toda opressão de classe, onde os homens, mulheres, minorias sexuais, religiosas, raças e sem que as fronteiras nos dividam, para, desse modo, construir a nova sociedade socialista revolucionária.

(Extraído do Jornal Lucha Obrera, nº 33, órgão do POR-Chile)



cipação da mulher possa avançar e se resolver dentro do marco das reformas na legislação burguesa. Para elas, o problema é de “gênero”, sua luta é contra o “macho”, que tira da “fêmea” seus direitos. Para elas, a persistência da opressão da mulher, sua discriminação e a violação de seus direitos humanos não têm raízes na propriedade privada dos meios de produção. São movimentos essencialmente da intelectualidade pequeno-burguesa, que procuram reformar o capitalismo, não acabar com ele.

Está claro que o problema do aborto não se resolve com a criminalização da mulher. Desde a época da colônia, essa política esteve vigente em boa parte dos países latino-americanos, marcados pelo obscurantismo católico. O resultado é que o problema continua pendente e cada vez mais grave; fechar os olhos para essa realidade nunca foi remédio.

A questão é: como acabar com a maldição do aborto? Está demonstrado que penalizando a sua prática não se consegue.

Os motivos que levam uma mulher, ou um casal, a tomar a decisão de abortar vão desde razões estéticas, passando por psicológicas e, sobretudo, por razões sócio-econômicas... todas elas, em última instância, se ligam às condições de vida inerentes ao sistema social capitalista.

O problema fundamental não é o aborto, mas as condições de vida da grande maioria das mulheres que não gozam de estabilidade no trabalho, estão condenadas à informalidade permanente, aos salários inferiores aos dos homens pelo fato

de serem mulheres, a não terem garantido um plano de saúde gratuito, acesso à moradia, condições adequadas para criar os filhos, etc. Todas essas circunstâncias da vida, somadas ao sexo irresponsável pela imaturidade psicológica dos jovens, particularmente da classe média, faz com que o aborto seja uma realidade, que não se resolve retirando as vestimentas de beatas, defensoras da ordem social estabelecida.

São hipócritas as posições das chamadas “pró-vida”, que exigem a manutenção da penalização do aborto para obrigar a parir quem não quer fazê-lo e depois esquecer que o problema é social e que a solução passa pelo fim do sistema capitalista.

Acabar com o aborto passa por assegurar à mãe as condições apropriadas de vida, para que os filhos não sejam uma “carga” ou uma “desgraça”, etc. e isso só é possível por meio da planificação familiar, em uma sociedade onde o Estado garanta saúde, educação, socialização das tarefas domésticas com creches, lavanderias, restaurantes públicos, etc. Isto é, quando a criação dos filhos deixar de ser um negócio de roupas, mamadeiras, comidas de bebê, etc.; quando a socialização dos meios

de produção permita planificar a economia em função das necessidades humanas, e não do lucro capitalista. Planificar a economia envolve ensinar a planificar a família.

A emancipação da mulher não se reduz ao problema da descriminalização do aborto, porém, a luta para alcançá-la nos leva a questionar de maneira direta o patriarcado e o capitalismo, por exemplo, a luta contra a discriminação salarial e pela conquista do salário igual por trabalho igual, a luta por creches e lavanderias públicas, pela seguridade social e trabalho formal questiona o destino da mais-valia e, portanto, o direito da propriedade burguesa. Quer dizer, a luta pela emancipação das mulheres passa por um programa de reivindicações transitórias, que visem a estabelecer as bases de uma nova sociedade. Não em vão Charles Fourier (socialista utópico do século XIX) assegurou que o grau de emancipação da sociedade se mede pelo grau de emancipação da mulher. Somente em uma nova sociedade, a mulher será livre...

(Extraído do *Jornal Masas*, nº 2553,  
do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

## Cuba

*No jornal Massas 569 e 570, analisamos o projeto da nova Constituição cubana e os seus “Fundamentos Econômicos”.*

*Agora, avaliamos os fundamentos políticos, sociais e econômicos que constavam da Constituição de 1976, e que foram suprimidos no novo projeto.*

## Percurso da restauração capitalista

A revolução cubana triunfou, nas condições em que o estalinismo se achava conjunturalmente fortalecido, avançava a sua política contrarrevolucionária de “convivência pacífica” com o imperialismo e as correntes revisionistas que herdaram a direção da IV Internacional se adaptavam ao nacionalismo burguês e pequeno-burguês. Agora, seu declínio se realiza no marco da brutal ofensiva restauracionista, de agravamento da crise de direção revolucionária, de brutal retrocesso político da classe operária mundial, e de violentas contradições do capitalismo putrefato. O período anterior de ascenso revolucionário refletiu-se na elaboração da Carta Magna, em 1976, enquanto seu declínio toma forma no projeto aprovado em julho de 2018. Tomamos como referência as diferenças entre ambas as Constituições para demonstrar esse percurso histórico.

Nos “Fundamentos políticos, sociais e econômicos do Estado” (Capítulo I), na Constituição cubana de 1976, se caracterizava o país como um “Estado socialista” baseado na “aliança da classe operária com os camponeses e as demais camadas trabalhadoras da cidade e o campo, sob a direção da classe operária” (Art. 4). De forma que “o poder pertence ao povo trabalhador que o exerce por meio das Assembleias do poder Popular e demais órgãos do Estado”, regidos pelos “princípios da democracia socialista (...) e do centralismo democrático” (Capítulo IV). De forma que se considerava a Constituição da época como a “expressão jurídica das relações socialistas de produção e dos interesses e vontade do povo trabalhador” (Art. 9).

A base econômica do “Estado socialista” se firmava na “propriedade socialista de todo o povo sobre os meios de produção” (Art. 14), da qual constavam as “terras que não pertencem aos pequenos agricultores ou cooperativas integradas pelos mesmos”, além do subsolo, as minas, recursos naturais, as vias de comunicação e transportes, bancos e indústrias; enfim, todas as empresas “nacionalizadas e expropriadas dos imperialistas, latifundiários

e burgueses” (Art. 15). E que o “Estado organiza, dirige e controla toda a atividade econômica nacional de acordo com o Plano único de desenvolvimento Econômico-Social”, com a participação dos trabalhadores de todos os ramos econômicos (Art. 16) e dirige o comércio exterior como “função exclusiva do Estado”.

Sobre a força de trabalho e o papel das relações sociais de produção, criadas pela revolução, se estabeleciam a garantia do pleno emprego e a obrigatoriedade do trabalho a todos. Eis: “não haverá homem ou mulher, em condições de trabalhar, que não tenha oportunidade de obter emprego”.

No que diz respeito à política exterior, dizia que a Cuba se baseava nos “princípios do internacionalismo proletário e da solidariedade combativa dos povos”, sendo “seu dever internacionalista ajudar o agredido e aos povos que lutam pela sua libertação.” Reconhecia-se, portanto, a legitimidade da “resistência armada à agressão e conquistas” e o “direito dos povos de repelir a violência imperialista e reacionária com a violência revolucionária.”

A direção política do Estado e da economia seria de responsabilidade do “Partido Comunista de Cuba, vanguarda organizadora marxista-leninista da classe operária”, que orientava o país na construção do socialismo, tendo por objetivo estratégico avançar “à sociedade comunista” (Art. 5).

Em outras palavras: o castrismo, pelo menos formalmente, reconhecia e reivindicava o internacionalismo proletário e projetava a revolução socialista mundial, a violência revolucionária das massas e a ditadura proletária no país, como uma manifestação nacional da revolução socialista mundial, e o Estado operário como uma expressão da aliança das classes exploradas e oprimidas, que se erguia sobre a base da propriedade social, do monopólio do comércio exterior e da planificação econômica, considerados como condições necessárias para avançar construção do socialismo.

Evidentemente, à época, o castrismo estava já consolidado como ditadura burocrática e submetido à burocracia termidoriana soviética. Sendo copiada, em grande parte, da Constituição da URSS e das “democracias populares”, a Constituição de 1976 refletia, à sua maneira, a consolidação da ditadura burocrática-estalinista sobre as bases econômicas e sociais criadas pelas revoluções proletárias. O que explica por que em seus fundamentos jurídicos e legais constam as conquistas da revolução proletária, seu conteúdo de classe e métodos de luta.

Nos 40 anos, até que se aprovasse a redação do novo projeto de Constituição, se consolidaram a teoria contrarrevolucionária do “socialismo em um só país”, a estalinização dos partidos comunistas em todo o mundo e a poderosa ofensiva restauracionista operada na Rússia e China. Em 1991, dissolvia-se a União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e se restaurava o capitalismo na maioria dos países do Leste Europeu, agravando assim o quadro de isolamento e degenerescência da Revolução Cubana.

Esse é o processo histórico mais geral que virá a se refletir nos fundamentos políticos, econômicos e sociais do novo projeto de Constituição. Eis por que o projeto apagou a luta pela sociedade comunista como finalidade estratégica e se abandonaram os “*princípios do internacionalismo proletário*”. Eis também por que o Estado não mais se baseia na aliança operária e camponesa, “*sob a direção da classe operária*”, e não mais constam as referências à necessidade de opor, à violência reacionária e ao intervencionismo imperialista, a violência revolucionária.

Trata-se, agora, de um Estado “*democrático*” cuja política exterior se baseia no “*respeito ao direito internacional*”, portanto, rejeita o “*terrorismo*” e quaisquer meios subversivos utilizados contra as “*nações soberanas*”. O pleno emprego e a obrigatoriedade do trabalho deram lugar ao critério de que “*O trabalho remunera-se em função da quantidade, complexidade, qualidade e resultados obtidos*”. Quer dizer que os salários não se ajustarão tendo por referência as condições mínimas e necessárias para a reprodução física e intelectual da força de trabalho, mas, segundo a produtividade (“*quantidade*”, “*qualidade*” e “*resultados*”), e a depender do ramo específico em que se trabalha (“*complexidade*”).

**Iêmen: espalha-se a barbárie social**

## **Pela unidade revolucionária dos povos oprimidos de Oriente Médio!**

Mais de três anos se passaram, desde que deflagrara a guerra civil internacionalizada no Iêmen, em 5 de março de 2015. Seu percurso retrata a decomposição capitalista e a projeção da barbárie social. É o que se observa com os bombardeios de 9 de agosto, que atingiram um ônibus, matando 51 civis, dentre eles 30 crianças, e ferindo 80 (56 crianças).

A carnificina contra civis assombrou a imprensa mundial e mobilizou milhares de iemenitas por todo o país, exigindo vingança. Organizações internacionais de Direitos Humanos condenaram a Arábia Saudita, líder da coalizão militar estrangeira, amparada pelos Estados Unidos, que bombardeia a nação oprimida. A ONU, que já tinha acobertado inúmeros massacres, dessa vez, foi obrigada a acenar com uma condenação. Seu secretário geral, António Guterres, aventou uma punição

Essas mudanças constituem uma base material para o alargamento das relações capitalistas de produção. Ao reconhecer o “livre mercado” como integrante da economia nacional, se criam também as condições para que atue como “nivelador” dos salários e da produção. Reconhece-se ainda a propriedade “privada individual”, e se impulsionará a formação de “empresas” mistas com investimentos estrangeiros. Tais condições exigem dismantlar a planificação econômica e o monopólio do comércio exterior como função “exclusiva” do Estado. Não por acaso, se diz que, agora, cabe ao Estado apenas a “*direção dos processos econômicos fundamentais*”.

Tais rupturas com “*o lastro da velha mentalidade*”, segundo uma expressão de Raúl Castro, significam firmar as bases materiais para que a pequena burguesia e a penetração do capital imperialista possam abrir caminho à restauração da propriedade privada dos meios de produção. Com a nova Lei eleitoral, poderão achar uma via para “se emancipar” de sua aliança com o proletariado dentro dos órgãos “do poder popular”.

O que não mudou é a exigência da burocracia castro-guevarista em se manter no controle dos processos políticos e, assim, administrar os rumos da restauração capitalista. O fato do projeto da nova Constituição manter o PCC como partido único e direção política do Estado demonstra que a burocracia não apenas é incapaz de frear a restauração em curso, como pretende ser forte o suficiente para condicionar o seu desenvolvimento.

O estalinismo tem comprovado ser agente da reação burguesa contrarrevolucionária contra as conquistas revolucionárias do proletariado mundial. De maneira que não é possível às massas cubanas defenderem suas conquistas sem romper com o castro-guevarismo, variante nacional da burocracia termidoriana. A tarefa que emerge dessa situação é a da classe operária e dos demais trabalhadores cubanos libertarem-se das correntes burocráticas, construindo seu partido, marxista-leninista-trotskista. Somente assim será possível firmar a aliança operária e camponesa sobre bases revolucionárias, e pôr as forças produtivas estatizadas sob sua direção. O que somente acontecerá por meio da revolução política. Caso contrário, a burocracia castrista impulsionará a restauração capitalista.

aos responsáveis.

No entanto, a declaração de Arábia Saudita, de que foi “*uma operação militar legítima, levada à frente de acordo com a lei humanitária internacional*”, sequer foi contestada. Ocorre que a ONU não pode aplicar sanções contra a feudal-burguesia genocida, sem esbarrar com a negativa do governo norte-americano, principal operador por trás dos bastidores da intervenção. Logo se constatou que a bomba que explodiu as crianças provinha dos arsenais norte-americanos, que foram entregues como parte de um contrato no valor de 11 bilhões de dólares, em maio de 2018.

O governo Trump negou qualquer responsabilidade, dizendo que “*não toma decisões sobre os objetivos militares*”. Entretanto, se serve de seus subservientes regionais para afogar em



sangue a rebelião houthie (“Partidários de Deus”), etnia xiita, que constitui 40% da população do país e que tem como aliado o Irã. Não por acaso, o Secretario de Estado dos EUA, Mike Pompeo, realizou, em 27 de abril, uma visita à Arábia Saudita, para exigir o apoio da monarquia saudita a seu objetivo de desconhecer o acordo sobre o programa nuclear com o Irã e, assim, criar condições para retomar a ofensiva contra esse país. Em troca, Trump apoiaria os sauditas no Iêmen.

Observa-se que os ataques das forças intervencionistas contra os rebeldes houthies constituem apenas um elo nos objetivos do imperialismo em varrer com um movimento que possa vir a travar seus planos no Oriente Médio. Para ele, o governo nacionalista do Irã tem de ser isolado e cercado para avançar a sua derrubada. O Iêmen constitui uma peça chave nessa movimentação. O controle territorial do Golfo tem importância estratégica, uma vez que por ali passa 40% dos intercâmbios comerciais e 65% dos transportes de petróleo mundiais. Controlar as costas, portos e territórios, significa controlar o comércio e vigiar seus inimigos e rivais. Os Estados Unidos e a feudal-burguesia árabe assentada no petróleo farão a carnificina necessária para defender esse interesse.

Tais condições converteram o Iêmen, país oprimido, em uma grande prisão fechada por mar, ar e terra. Parte de suas fronteiras, aeroportos e portos estão sob a ocupação militar estrangeira. O que impede chegar, até as regiões sob o controle dos rebeldes, medicamentos e alimentos básicos. Segundo a UNICEF, mais de 30 mil iemenitas morreram nos últimos três anos, 21 milhões (80% da população) passam fome, 15 milhões não recebem atenção médica básica (uma epidemia de cólera vem atingindo mais de 800 mil pessoas), 3,2 milhões foram deslocados e impedidos de sair do país e, finalmente, 144 crianças morrem a cada dia (uma em cada 10 minutos).

Esse é o retrato mais visível da barbárie social do capitalismo da época imperialista de decomposição. Massacres, fome e destruição de milhares de vidas por doenças são consequências da necessidade do imperialismo de impor as condições de uma mais brutal opressão sobre o conjunto do Oriente Médio. O imperialismo e seus subservientes não podem varrer a influência iraniana e impor ao país oprimido seus ditames, sem esmagar a resistência das massas. Na sua base, está a rebelião popular de 2011, que projetou a maioria nacional oprimida contra o governo entreguista e pró-imperialista de Alí Abdulá Salé, que realizou uma violenta ofensiva contra as massas, aplicando as diretrizes do imperialismo. Quando a rebelião adotava formas mais radicalizadas, foi abortada com um golpe de mão do vice-presidente Abdo Rabu Mansur al-Hadi.

Contando com apoio da monarquia saudita e do imperialismo norte-americano, Hadi continuou a aplicar a mesma política antinacional e antipopular. E passou a combater a etnia houthie, que despontava como movimento armado de resistência ao brutal terrorismo de Estado, desfechado contra a etnia xiita. É nessas condições que confluíram o impulso inicial das massas em luta pelas suas reivindicações com a rebelião armada dos houthies. Faltando a direção revolucionária, não conseguiram

pôr em pé uma frente única anti-imperialista, derrocar a ditadura e erguer seu próprio governo.

Os houthies se levantaram como a única força nacional com inúmeros partidários nas instituições e no exército e, desse modo, conseguiram tomar o controle de grande parte do país. Hadi não pôde recorrer à população; e o exército estava cindido. Isolado, fugiu do país e refugiou-se na Arábia Saudita. No exílio, formou um governo sem nenhum apoio interno, que serviu aos sauditas para justificar a intervenção militar. Os EUA apoiaram e acobertaram essa manobra intervencionista, exigindo o restabelecimento do “governo legítimo”. E a ONU se subordinou a seus ditames.

Tais são os encadeamentos históricos, sociais e políticos que explicam e sustentam a guerra civil internacionalizada, típica da época imperialista e particular no Oriente Médio. Eis por que somente se organizando sob uma frente única anti-imperialista e recorrendo ao armamento geral da população é que

as massas poderão enfrentar e derrotar o intervencionismo. Essa tarefa, porém, não será cumprida por movimentos fundados no obscurantismo religioso e ancorados nas direções feudal-burguesas. Somente os explorados iemenitas como direção da nação oprimida e organizados em seu partido poderão fundir a luta democrática com o programa e métodos da luta de classe do proletariado mundial e do Oriente Médio.

É dever de todos os oprimidos do mundo e do Oriente Médio denunciar amplamente a responsabilidade dos Estados

Unidos e da coligação liderada pela Arábia Saudita pelos massacres dos iemenitas, que lutam pela independência nacional de seu país. Não se pode confiar em um só fio de cabelo de que a ONU irá agir concretamente para barrar a matança. Essa agência dos Estados Unidos tem de fazer barulho com a demagogia dos direitos humanos, para não mostrar sua própria responsabilidade. Em todo o Oriente Médio, se desenvolvem combates originados da opressão imperialista e da conservação da casta burguesa que mantém o povo na pobreza, miséria, e profundo atraso cultural. As inúmeras experiências mostram que as massas estão aprendendo a enfrentar seus inimigos. Suportam as carnificinas e se temperam para um longo processo de luta de classes, deformadas pelos choques étnicos, raciais, nacionais e religiosos. Mais cedo ou mais tarde, pelas derrotas e vitórias, pelos avanços e recuos, terão de recorrer ao único caminho da real independência, liberdade e progresso social que é o da construção dos partidos revolucionários e o da revolução social, proletária.

Cabe, em nosso país, impulsionar a política revolucionária, nutrindo-se também dos combates e sofrimentos dos iemenitas. Observando como defender o programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio e como melhor trabalhar pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Honremos cada gota de sangue das crianças iemenitas, enfrentando a opressão imperialista com o programa internacionalista do proletariado.

---

***Somente com a frente única anti-imperialista e recorrendo ao armamento geral da população as massas poderão enfrentar e derrotar o intervencionismo. Somente os explorados iemenitas como direção da nação oprimida e organizados em seu partido poderão fundir a luta democrática com o programa e métodos da luta de classe do proletariado mundial e do Oriente Médio.***

---

## 80 anos da IV Internacional

*Como parte de nossa campanha dos 80 anos da IV Internacional, damos continuidade à publicação da segunda parte do documento “Tarefas e Métodos da Oposição de Esquerda Internacional”, redigido por Trotsky para a pré-conferência de fevereiro de 1933, em Paris. No jornal Massas anterior, traduzimos três partes: introdução, a origem da Oposição de Esquerda na URSS e princípios fundamentais da Oposição de Esquerda.*

*Alertamos que, agora, deixamos de traduzir os tópicos: “Purgando as fileiras da Oposição de Esquerda e a composição da conferência internacional”, “A Oposição de Esquerda na Itália (relações com os bordiguistas)”, “Oposição de Esquerda na Austria”, “Acerca da seção espanhola da Oposição de Esquerda”, “Sobre a crise da seção alemã”. No primeiro caso – “Purgando as fileiras...” -, Trotsky mostra que a unificação de grupos em torno da Oposição de Esquerda exigia a seleção baseada no trabalho teórico e político e na crítica interna. Indica que o “princípio da democracia partidária nada tem a ver com o princípio das portas abertas”. Não se tratava, portanto, de fazer da conferência uma reunião de grupos díspares e descomprometidos com o internacionalismo proletário. Os demais pontos são bem específicos. O mais importante, a nosso ver, é a crítica ao esquerdismo do grupo Prometeu bordiguista. Consideramos a seguinte crítica como a mais importante: “Jamais os bordiguistas tiveram uma atitude leal diante da nossa organização internacional. Ao obrigar todos seus membros, a despeito de suas posições pessoais, a falarem e votarem, nas reuniões e conferências da Oposição Internacional, de acordo com a maioria de sua fração, o grupo Prometeu colocou sua disciplina nacional por cima da internacional. Com isso, violou os princípios não só do centralismo democrático como também do internacionalismo”.*

## Tarefas e Métodos da Oposição de Esquerda Internacional

### A Oposição de Esquerda nos países capitalistas

A Terceira Internacional surgiu diretamente da experiência dos operários avançados na época da guerra imperialista e das comoções do pós-guerra, sobretudo da Revolução de Outubro. Isso determinou o papel dirigente do Partido Bolchevique russo na Terceira Internacional e, portanto, a influência de sua luta interna no desenvolvimento de outras seções nacionais. No entanto, é totalmente falsa a afirmação de que a evolução da Comintern, durante os últimos dez anos, é um mero reflexo da luta entre frações no seio do Partido Comunista russo. Os motivos que levaram as jovens seções da Comintern a se alinharem com a burocracia russa estão enraizados no desenvolvimento do próprio movimento operário internacional.

Os primeiros anos do pós-guerra foram testemunhas das grandes expectativas em toda parte, sobretudo na Europa, em torno da queda iminente do domínio burguês. Quando, porém, estourou a crise interna do partido soviético, a maioria das seções europeias já tinha sofrido suas primeiras derrotas e desilusões. O mais deprimente foi o retrocesso impotente do proletariado alemão em outubro de 1923. A necessidade de mudar para uma nova orientação política surgiu na maioria dos partidos comunistas. Quando a burocracia soviética, explorando a desilusão dos trabalhadores russos diante da demora da revolução europeia, apresentou a teoria nacional reformista do socialismo em um só país, as jovens burocracias das demais seções respiraram aliviadas – a nova perspectiva lhes oferecia um caminho ao socialismo, independentemente do processo da revolução internacional. Dessa maneira, a reação da URSS coincidiu com a reação nos países capitalistas e criou as condições para a repressão administrativa da Oposição de Esquerda, por parte da burocracia centrista. Mas, ao se virar mais à direita, os partidos oficiais se chocaram com o verdadeiro Kuomintang, com os verdadeiros burocratas dos sindicatos e da socialdemocracia, assim como os estalinistas se

dezembro de 1932

chocaram com os verdadeiros kulacs. O novo ziguezague dirigido a uma política ultraesquerdista provocou a ruptura da maioria oficial da Comintern em duas frações: o centro – dominante – e a Oposição de Direita. (1)

Assim, durante os três últimos anos, foi possível observar três agrupamentos fundamentais no campo do comunismo: a ala marxista (bolcheviques e leninistas), a fração centrista (estalinista) e, por último, a direita ou, com mais precisão, a ala do centro-direita (brandleristas), (2) que conduz diretamente ao reformismo. Os acontecimentos políticos de quase todos os países confirmaram e reafirmaram diariamente, na prática, a justeza dessa classificação.

Foi e continua sendo característico do centrismo trabalhar de mãos dadas com a direita, a corrente que lhe é mais afim do ponto de vista de princípios, mas jamais formar um bloco com os bolcheviques leninistas contra a direita. Quanto à direita, em escala internacional, se caracteriza pelo oportunismo em todos os aspectos, com grandes diferenças e contradições entre seus integrantes nacionais, tendo como único traço comum a hostilidade diante dos bolcheviques leninistas.

Na URSS, devido à existência da ditadura e da ausência de partidos de oposições legais, a Oposição de Direita se converte, inevitavelmente, no instrumento utilizado pelas classes hostis ao proletariado, para exercer sua pressão. Nisso reside o principal perigo da Oposição de Direita. Por outro lado, a consciência desse perigo paralisa àqueles dirigentes da Oposição de Direita, cujo passado os liga ao partido.

Nos países capitalistas, onde todos os partidos reformistas à direita do comunismo gozam de liberdade de ação, a direita não tem espaço para suas atividades. Na medida em que conta com organizações de massa, as coloca, direta ou indiretamente, a serviço da socialdemocracia (Checoslováquia, Suécia); salvo os elementos revolucionários que encontram o caminho dos bolcheviques leninistas (Checoslováquia e Polônia).

Os elementos brandleristas que mantêm sua independência, aqui e ali (Alemanha, Estados Unidos), esperam que uma vez ou outra, tarde ou cedo, a burocracia soviética os perdoe e os permita regressar; com essa perspectiva, realizam uma campanha de mentiras e calúnias contra a Oposição de Esquerda, que coincide perfeitamente com o espírito do estalinismo.

## Fração, não partido

A Oposição de Esquerda Internacional e suas seções nacionais se consideram frações da III Internacional e dos Partidos Comunistas nacionais. Isso significa que a Oposição de Esquerda não aceita o regime organizativo criado pela burocracia estalinista como algo definitivo. Pelo contrário, seu objetivo consiste em arrancar a bandeira do bolchevismo das mãos da burocracia usurpadora e reconduzir a Internacional Comunista para os princípios de Marx e Lênin. Tanto a análise teórica como a experiência histórica demonstram que essa é a única política acertada nas circunstâncias atuais.

Ainda que as particularidades do desenvolvimento russo provocassem, em 1912, a ruptura final do bolchevismo com o menchevismo, o Partido Bolchevique permaneceu na Segunda Internacional até o final de 1914. Foi necessária a lição da guerra mundial para que se colocasse o problema da nova internacional, como foi necessária a Revolução de Outubro para iluminá-la.

Uma catástrofe histórica de imensas proporções, como a derrocada do estado soviético, arrastaria em sua queda a Terceira Internacional. Assim mesmo, a vitória do fascismo na Alemanha e a derrota do proletariado alemão dificilmente permitiriam à Comintern sobreviver às consequências de sua política desastrosa. Mas, que setor do campo revolucionário ousará afirmar hoje que a derrocada do poder soviético ou a vitória do fascismo na Alemanha não podem ser impedidos, nem evitados? Em todo o caso, não será a Oposição de Esquerda. Ao contrário, sua política se centra na necessidade de defender a União Soviética diante do perigo do Termidor, que tem sido impulsionado pelo centrismo; além disso, ajudar o proletariado alemão não somente a derrotar o fascismo, mas também a conquistar do poder. Apoiando-se na experiência da Revolução de Outubro e da Terceira Internacional, a Oposição de Esquerda rechaça a ideia de criar partidos comunistas paralelos.

A única responsável pela ruptura do comunismo é a burocracia estalinista. Os bolcheviques leninistas estão dispostos a todo o momento voltar às fileiras da Comintern e a observar uma estrita disciplina na ação e, ao mesmo tempo, adiantar uma luta implacável contra o centrismo burocrático sobre a base da democracia partidária. Hoje, sob as presentes condições de ruptura, nossa adesão à Internacional Comunista não pode se expressar em limitações organizativas, nem no rechaço de assumir iniciativas políticas independentes e comprometer-se em um trabalho de massa; em outras palavras, deve se expressar fundamentalmente no conteúdo de nossa política. A Oposição de Esquerda não se adapta à burocracia estalinista, não se cala diante de seus erros e crimes. Pelo contrário, os submete a uma crítica implacável. Mas, tal crítica não objetiva criar partidos comunistas, que concorram com os já existentes, mas ganhar o núcleo proletário dos partidos oficiais para reconstruí-los sobre cimentos marxistas.

Como em nenhuma outra parte, o problema se coloca na

URSS com maior clareza e agudeza. Ali, a linha de um segundo partido implicaria uma política de insurreição armada, bem como uma nova revolução. A linha da fração significa tomar o caminho da reforma interna do partido e do estado operário. Apesar de todas as calúnias da burocracia estalinista e de seus admiradores, a Oposição permanece solidamente no terreno da reforma.

Nossa relação com a Internacional Comunista se define no nome de nossa fração: Oposição de Esquerda. O conteúdo de nossas ideias e métodos se expressa com clareza na designação bolcheviques leninistas. Todas as seções devem ostentar ambos os nomes complementares.

## Sobre a democracia partidária

As seções da Oposição de Esquerda, que surgiram de pequenos grupos de propaganda, estão se transformando gradualmente em organizações operárias. Tal transição coloca em primeiro plano as tarefas da democracia partidária. As relações organizativas sistemáticas devem substituir, finalmente, o tipo de reuniões em que um reduzido grupo de camaradas, ligados estreitamente, que se entendem entre si de maneira informal, tomam todas as decisões de maneira casual.

A base da democracia partidária está em facilitar a todos os membros da organização uma informação oportuna e completa, que abranja os problemas importantes de sua vida e de suas lutas. A disciplina somente pode ser construída se fundada sobre a assimilação consciente da política da organização, por parte de todos os militantes e sobre a confiança na direção. Essa confiança só pode ser alcançada gradualmente, no curso da luta comum e da influência recíproca. A disciplina de ferro que a organização necessita não pode ser imposta por decreto. A organização revolucionária não pode deixar de sancionar os elementos indisciplinados e perturbadores, mas as medidas disciplinares somente se aplicam como último recurso e, além disso, caso contem com o apoio firme da maioria da organização. Os reparos de ordem prática, que normalmente se opõem à democracia – ‘perda de tempo’ – revelam um oportunismo míope. A educação e a consolidação dos quadros constituem uma tarefa de suma importância. Não deve economizar tempo, nem esforços, para cumpri-las. Além disso, a democracia partidária, única garantia real contra os conflitos secundários e as rupturas sem causa, em última instância, não aumenta os custos gerais do desenvolvimento, pelo contrário os diminui. Se se respeitarem constantemente e conscientemente os métodos da democracia, somente assim a direção poderá tomar importantes medidas, sob sua própria responsabilidade, durante verdadeiras emergências, sem provocar desorganização, nem insatisfação.

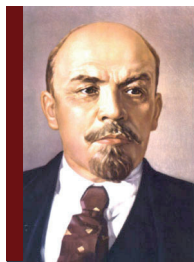
A pré-conferência ordena o Secretariado a velar pelo cumprimento dos princípios da democracia partidária, tanto em seu conteúdo, quanto em sua forma, dentro de cada seção, assim como nas relações recíprocas entre o Secretariado e as seções, e especialmente na preparação da conferência internacional.

(1) A Oposição de Direita era dirigida na URSS por Bukarin, Rikov e Tomski; na Alemanha, por Brandler e Thalheimer; e nos Estados Unidos, por Lovestone.

(2) Heinrich Brandler foi um dos fundadores do Partido Comunista Alemão e seu principal dirigente depois da derrota da revolução de 1923.

*Extraído da obra Escritos, Leon Trotsky, tomo IV, 1932-1933, vol. 1, Editorial Pluma)*





## Apontamentos para a história do Partido Bolchevique

Mostramos no jornal Massas anterior que a II Duma ocupou um importante lugar na discussão do V Congresso. O fato da socialdemocracia ter conseguido eleger um número considerável de deputados intensificou o conflito entre as posições dos bolcheviques e dos mencheviques. O êxito alavancava as ilusões constitucionalistas. Os mencheviques as utilizavam a favor de sua política de aliança com os liberais. Esse era mais um motivo para Lênin se dedicar à análise das forças de classes que compunham a II Duma.

Em 7 de fevereiro de 1907, Lênin expõe os perigos da adaptação ao parlamentarismo. No artigo *"A II Duma e a II onda revolucionária"*, conclui que esta estava mais à esquerda que a Duma anterior. O que poderia incentivar as teses pequeno-burguesas da via pacífica e obscurecer a nova crise revolucionária que viria. Em suas palavras: *"Até os cegos terão de ver, agora, que estamos diante de uma crise precisamente revolucionária e não constitucional"*.

A linha dos mencheviques de constituir um bloco com os Kadetes (liberais) e uma unidade de toda a oposição era desastrosa para o desenvolvimento da política revolucionária do proletariado. Contrariamente, Lênin defendia que o partido deveria preparar as massas para uma nova onda revolucionária. Tinha muita importância realizar um bom trabalho de agitação e organização dos camponeses. Confiava que o proletariado voltaria a assumir a linha de frente dos combates.

No Projeto de Resolução para o V Congresso do POSDR, escrito em 15 de fevereiro de 1907, conta um tópico sobre a tática da socialdemocracia a ser aplicada na Duma. No ponto 4, coloca-se a necessidade de *"explicar ao povo a completa inoperância da Duma como meio de realizar as reivindicações do proletariado e da pequena burguesia revolucionária (...); explicar a necessidade de uma insurreição armada, um governo provisório revolucionário e uma assembleia constituinte baseada no voto universal, direto, igual e secreto"*. Observa-se que a luta democrática contra a Duma fraudulenta é amparada no método revolucionário do proletariado (insurreição armada). O que era rechaçado terminantemente pelos mencheviques.

No momento da inauguração da II Duma do Estado, em 20 de fevereiro de 1907, Lênin publicou um editorial, no jornal Nova Luz, reafirmando as críticas ao desvio oportunista dos mencheviques. Conclui: *"A tarefa fundamental dos socialdemocratas que entrem na II Duma é libertar dos liberais os elementos democráticos que ainda se encontram sob sua influência; transformar-se em dirigentes desses democratas; ensinar-lhes a encontrar apoio no povo e estreitar laços com as massas, defender nossas próprias bandeiras diante da classe operária e das massas camponesas empobrecidas e famintas"*.

Na discussão do V Congresso, Lênin combateu as posições revisionistas de Tsereteli, quanto às formulações do marxismo sobre a democracia burguesa. O menchevique, referindo-se à revolução de 1848 na Europa, afirmava a ne-

cessidade do proletariado realizar *"uma ou outra aliança com a democracia burguesa"*, em sua luta pela liberdade. Aí estava o revisionismo, que Lênin contestou: *"(...) A democracia burguesa é cada vez mais inimiga do proletariado e que a luta pela liberdade se trava consequentemente somente ali onde o proletariado a dirige"*. E conclui: *"O ensinamento do ano de 1848 não é o de contrair alianças com a democracia burguesa, mas o ensinamento da necessidade de libertar as camadas das massas populares menos desenvolvidas da influência da democracia burguesa, que é incapaz de lutar sequer pela democracia"*.

A esse respeito, Lênin também rechaça a oposição de Trotsky à resolução bolchevique, que determinava que os parlamentares teriam de expressar a linha do partido. Exigiu-lhe que apresentasse outra resolução, afirmando assim o método de funcionamento partidário. Lênin reconhece, no entanto, que Trotsky, no decorrer da discussão, estava próximo de suas posições quanto à tática de *"bloco de esquerda contra a burguesia liberal"*. O que era inaceitável pelos mencheviques. Lênin declarou: *"Para mim, são suficientes esses fatos para reconhecer a aproximação de Trotsky de nosso ponto de vista. Independentemente do problema da 'revolução permanente', aqui existe solidariedade nos pontos fundamentais do problema da atitude diante dos partidos burgueses"*.

Referindo-se a uma emenda apresentada por Trotsky, que foi aprovada pelo Congresso, Lênin reconheceu: *"Não podemos deixar de admitir que a emenda de Trotsky não é menchevique, que reflete 'a mesma' ideia, ou seja, a ideia bolchevique. Mas não acreditamos que Trotsky a expresse melhor"*.

A vitória do bolchevismo-leninismo contra os mencheviques se concretizou, finalmente, na aprovação da resolução *"Tarefas do proletariado na etapa atual da revolução democrático-burguesa"*. Consta de cinco pontos. Destaquemos alguns deles. O terceiro diz: *"que os interesses de classe do proletariado na revolução burguesa exigem a criação de condições que tornem possível uma ampla luta contra as classes possuidoras, pelo socialismo"*. No quinto, afirma: *"que só o proletariado poderá levar até as últimas consequências a revolução democrática, contanto que, como única classe da sociedade atual revolucionária até o fim, arraste atrás de si a massa camponesa para a luta implacável contra o Estado feudal e os latifundiários"*. A resolução conclui: *"a) que no atual momento histórico, a principal tarefa do proletariado é levar até as últimas consequências a revolução democrática na Rússia; b) que qualquer subestimação dessa tarefa conduz inevitavelmente a tornar a classe operária, de dirigente da revolução popular (...) em seguidora da burguesia liberal; c) que, ao impulsionar por todos os meios esta tarefa, o partido socialdemocrata não deve esquecer um só instante os objetivos independentes, socialistas, do proletariado"*.

A revolução de outubro de 1917, que levou o proletariado ao poder em aliança com o campesinato, materializou essa diretriz leninista, assumida pela maioria do V Congresso.

(as citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XII, Akal Editor)